

Votorantim Cimentos S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas e
individuais em 31 de dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Cimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

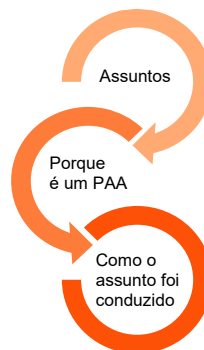
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões e depósitos judiciais (Nota 21)	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial.	Em resposta a esse assunto, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.
A Administração, com apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima o desfecho das respectivas causas, provisionando as avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 478 milhões na controladora e R\$ 685 milhões no consolidado, líquidos dos depósitos judiciais, e divulga as classificadas como perdas possíveis, nos montantes de R\$ 12.056 milhões na controladora e R\$ 13.786 milhões no consolidado.	Analizamos a consistência entre a prática contábil relacionada às provisões judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental e os procedimentos adotados pela Administração para a sua determinação e as respectivas divulgações.
A estimativa da possibilidade de êxito nos processos em andamento, e as suas mensurações, envolvem julgamentos críticos por parte da Administração, uma vez que dependem de eventos futuros não totalmente no seu controle, bem como pode envolver aspectos subjetivos e evoluções legais ao longo do tempo que podem impactar na sua avaliação e mensuração. Assim, o andamento desses processos nas diversas esferas pode apresentar desdobramentos diferentes do que a Administração e seus assessores jurídicos esperam. Mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem levar a alterações significativas nas estimativas da Administração.	Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos da Companhia, bem como a respectiva avaliação pela Administração dos valores e das probabilidades de perda.
	Envolvemos nossos especialistas nas áreas tributária e legal para avaliar a razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos internos e externos, considerando a evolução dos processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.
	Realizamos também a leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas.
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação dos passivos contingentes e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações recebidos ao longo da nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas,

em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Votorantim Cimentos S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 2 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Balanco patrimonial.....	3
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	9
1 Informações gerais	9
2 Aprovação das demonstrações financeiras	9
3 Principais eventos ocorridos durante o exercício	9
4 Informações financeiras por segmento operacional e divulgação de grupo	11
5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais	14
6 Gestão de riscos.....	29
7 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo	40
8 Caixa e equivalentes de caixa	42
9 Aplicações financeiras	42
10 Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis	43
11 Estoques.....	45
12 Tributos a recuperar	47
13 Partes relacionadas	47
14 Investimentos	51
15 Imobilizado	56
16 Intangível	59
17 Direito de uso em arrendamento	63
18 Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	67
19 Risco sacado a pagar	76
20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	77
21 Provisões e depósitos judiciais	81
22 Uso de bem público	89
23 Benefícios pós-emprego.....	90
24 Patrimônio líquido.....	95
25 Receita líquida de contratos com clientes	98
26 Abertura de despesas por natureza	100
27 Outros resultados operacionais	101
28 Resultado financeiro, líquido	101
29 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas.....	103
30 Combinação de negócios	104
31 Compromissos de longo prazo	105
32 Eventos subsequentes	106

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	4.613	4.071	579	805	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18(b)	377	347	195	110
Aplicações financeiras	9(b)	938	1.137	938	929	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	234	248	188	199
Contas a receber de clientes	10(b)	1.896	1.704	737	710	Arrendamentos	17(c)	311	334	40	76
Estoques	11(b)	4.048	4.100	1.293	1.157	Risco sacado a pagar	19(b)	1.464	1.566	227	245
Tributos a recuperar	12(b)	188	146	100	68	Fornecedores e outras contas a pagar		4.142	4.522	1.472	1.651
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20(j)	292	178	33	85	Salários e encargos sociais		745	720	270	259
Securitização de recebíveis	10(e)	267	325			Imposto de renda e contribuição social a recolher		61	74		
Outros ativos		352	348	108	113	Tributos a recolher		397	346	191	187
						Adiantamento de clientes		89	70	47	39
		12.594	12.009	3.788	3.867	Dividendos a pagar	13(b)	696	215	695	213
						Uso de bem público	22(b)	57	55		
Ativos classificados como mantidos para venda	29(c)		1.973			Securitização de recebíveis	10(e)	157	157		
						Outros passivos		273	339	90	136
Total do ativo circulante		12.594	13.982	3.788	3.867			9.003	8.993	3.415	3.115
						Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	29(c)		479		
						Total do passivo circulante		9.003	9.472	3.415	3.115
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	18(b)	14.848	14.159	7.061	6.537
Aplicações financeiras	9(b)	40		8		Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	309	503	225	376
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	627	875	473	720	Arrendamentos	17(c)	1.541	1.232	135	149
Tributos a recuperar	12(b)	228	219	120	112	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20(c)	1.730	1.611	400	437
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20(j)	595	395	595	395	Partes relacionadas	13(b)	41	53	76	54
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20(c)	878	846			Provisões e depósitos judiciais	21(c)	1.138	1.237	641	738
Partes relacionadas		25	25			Uso de bem público	22(b)	529	584		
Depósitos judiciais	21(b)	259	272	111	155	Benefícios pós-emprego	23(b)	218	252		
Instrumentos financeiros - ações		259	247	117	103	Outros passivos		581	616	357	400
Benefícios pós-emprego	23(b)	84	93								
Outros ativos		165	195	37	41	Total do passivo não circulante		20.935	20.247	8.895	8.691
		3.160	3.167	1.461	1.526	Total do passivo		29.938	29.719	12.310	11.806
Investimentos	14(c)	1.418	1.763	16.969	18.428						
Propriedades para investimento		89	84			Patrimônio líquido	24				
Imobilizado	15(b)	22.059	21.465	7.020	6.138	Capital social		7.708	7.708	7.708	7.708
Intangível	16(b)	8.774	9.344	888	935	Reservas de lucros		4.807	5.384	4.807	5.384
Direito de uso em arrendamento	17(b)	1.802	1.525	160	208	Ajustes de avaliação patrimonial		5.461	6.204	5.461	6.204
		34.142	34.181	25.037	25.709	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		17.976	19.296	17.976	19.296
						Participação dos acionistas não controladores		1.982	2.315		
Total do ativo não circulante		37.302	37.348	26.498	27.235						
						Total do patrimônio líquido		19.958	21.611	17.976	19.296
Total do ativo		49.896	51.330	30.286	31.102	Total do passivo e patrimônio líquido		49.896	51.330	30.286	31.102

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita líquida de contratos com clientes	25(b)	29.416	26.565	10.244	9.463
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26(b)	(23.259)	(20.693)	(8.306)	(7.421)
Lucro bruto		6.157	5.872	1.938	2.042
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	26(b)	(1.090)	(1.013)	(615)	(556)
Gerais e administrativas	26(b)	(1.646)	(1.509)	(665)	(607)
Outros resultados operacionais	27(b)	560	(680)	126	(1.034)
		(2.176)	(3.202)	(1.154)	(2.197)
Lucro operacional antes das participações societárias		3.981	2.670	784	(155)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	14(e)	81	157	2.759	1.864
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	28(b)	1.175	1.324	709	878
Despesas financeiras		(2.819)	(2.244)	(1.725)	(1.077)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas		114	(507)	178	(475)
		(1.530)	(1.427)	(838)	(674)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
		2.532	1.400	2.705	1.035
Imposto de renda e contribuição social	20(b)	(247)	(544)	206	(137)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		2.285	856	2.911	898
Operações descontinuadas					
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	29(d)	893	218	13	
Lucro líquido do exercício		3.178	1.074	2.924	898
Atribuível a					
Acionistas da Companhia					
Lucro líquido proveniente das operações continuadas		2.061	723		
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas		863	175		
Participação de não controladores					
Lucro líquido proveniente das operações continuadas		224	133		
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas		30	43		
Lucro líquido do exercício		3.178	1.074		
Quantidade média ponderada de ações, em milhões		9.526	9.526		
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais					
Das operações continuadas		216,36	75,95		
Das operações descontinuadas		90,60	18,33		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		3.178	1.074	2.924	898
Outros componentes do resultado abrangente					
serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	24(d)	(1.299)	3.993	(1.084)	3.555
Hedge de investimentos líquidos	24(d)	123	(215)	102	(178)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas		(188)	(5)		(1)
Realização de outros resultados abrangentes das investidas	24(d)	215		215	
		(1.149)	3.773	(767)	3.376
Outros componentes do resultado abrangente que					
não serão reclassificados para o resultado					
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24(d)	(4)		(4)	
	24(d) e				
Remensuração com benefícios de aposentadoria em investidas	23(b)	28	7	24	7
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	24(d)	4	(11)	4	(11)
		28	(4)	24	(4)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(1.121)	3.769	(743)	3.372
Total do resultado abrangente do exercício		2.057	4.843	2.181	4.270
Atribuível a					
Acionistas da Companhia					
Operações continuadas		1.284	4.074		
Operações descontinuadas		897	196		
Participação de não controladores					
Operações continuadas		(154)	533		
Operações descontinuadas		30	40		
		2.057	4.843		

Os componentes na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atribuível aos acionistas controladores										
Reservas de lucros										
		Capital social	Legal	De incentivos fiscais	Retenção	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Nota										
Em 1º de janeiro de 2024		7.708	812	1.641	2.648	2.832		15.641	1.903	17.544
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício							898	898	176	1.074
Outros componentes do resultado abrangente		24(d)				3.372		3.372	397	3.769
						3.372	898	4.270	573	4.843
Contribuições e distribuições para acionistas										
Redução de capital social de acionistas não controladores									(69)	(69)
Dividendos intermediários pagos		24(c)			(402)			(402)		(402)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal		24(a)(iv)	45				(45)			
Dividendos mínimos obrigatórios		24(c)					(213)	(213)	(92)	(305)
Retenção de lucros		24(a)(iv)			640		(640)			
			45		238		(898)	(615)	(161)	(776)
Em 31 de dezembro de 2024		7.708	857	1.641	2.886	6.204		19.296	2.315	21.611
Resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício							2.924	2.924	254	3.178
Outros componentes do resultado abrangente		24(d)				(743)		(743)	(378)	(1.121)
						(743)	2.924	2.181	(124)	2.057
Contribuições e distribuições para acionistas										
Redução de capital social de acionistas não controladores									(122)	(122)
Dividendos intermediários pagos		24(c)			(2.806)			(2.806)	(87)	(2.893)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal		24(a)(iv)	146				(146)			
Dividendos mínimos obrigatórios		24(c)					(695)	(695)		(695)
Retenção de lucros		24(a)(iv)			2.083		(2.083)			
			146		(723)		(2.924)	(3.501)	(209)	(3.710)
Em 31 de dezembro de 2025		7.708	1.003	1.641	2.163	5.461		17.976	1.982	19.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Operações continuadas		2.532	1.400	2.705	1.035
Operações descontinuadas	29(d)	948	327	13	
		3.480	1.727	2.718	1.035
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação, amortização e exaustão	26(b)	2.857	2.362	999	701
(Ganho) perda na venda de imobilizado e intangível, líquido	27(b)	(30)	(78)	(2)	8
	18(d) e				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28(b)	1.215	988	742	510
Equivalência patrimonial	14(e)	(81)	(157)	(2.759)	(1.864)
Ganho na venda de investimentos	29(d)(i)	(986)			
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos	29(d)(ii)	215		(13)	
	6.3.3(b) e				
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	28(b)(ii)	258	(130)	253	(188)
Reversão ARO, processos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais, líquidas	21(c)	(239)	(158)	(198)	(131)
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(130)	(90)	(120)	(84)
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	38	22	20	16
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques, líquidas	11(c)	13	(10)	(16)	(11)
Atualização monetária da utilização do bem público	28(b)	(6)	41		
Contratos futuros de energia - valor justo	27(b)	4	3		
Provisão de impairment de ativos	27(b)		10		4
Outros componentes do resultado financeiro		211	734	45	570
Demais itens que não afetam caixa		(61)	(89)	(26)	(33)
		6.758	5.175	1.643	533
(Acréscimo) decréscimo em ativos					
Contas a receber de clientes		(263)	196	(47)	5
Estoques		(150)	(298)	(120)	(131)
Tributos a recuperar		(162)	12	12	(7)
Securitização de recebíveis		13	(169)		
Partes relacionadas		82	87	52	36
Depósitos judiciais		86	(4)	95	(1)
Demais créditos e outros ativos		178	(138)	(5)	(110)
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Risco sacado a pagar		(20)	(223)	(18)	39
Fornecedores e outras contas a pagar		(466)	(149)	(290)	90
Salários e encargos sociais		62	(52)	11	(37)
Tributos a recolher		207	(43)	(42)	(18)
Adiantamento de clientes		19	(25)	8	7
Pagamentos de ARO, processos tributários, cíveis e trabalhistas	21(c)	(121)	(148)	(62)	(59)
Demais obrigações e outros passivos		(510)	277	(94)	102
Caixa proveniente das operações		5.713	4.498	1.143	449
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(1.180)	(963)	(716)	(472)
Juros pagos de uso de bem público		(55)	(53)		
Juros pagos de instrumentos financeiros derivativos (i)		(234)	(303)	(183)	(234)
Juros recebidos		21	26	14	20
Custo de recompra dos bonds	28(b)		(35)		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(618)	(308)		(10)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		3.647	2.862	258	(247)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras		(655)	(119)	(36)	(74)
Resgates de aplicações financeiras		944	148	139	92
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.446)	(2.938)	(1.575)	(1.415)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		90	144	9	3
Aquisição de investimento	30(b)	(209)	(12)		
Recebimento pela venda de investimentos		2.068			
Aumento de capital em investida		(4)	(15)	(15)	(15)
Redução de capital em investida			10	200	
Dividendos recebidos		190	149	356	270
Recebimento de share premium				2.261	1.732
Aquisição de instrumentos financeiros - ações		(66)		(66)	
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos (i)		22		21	
Pagamentos a partes relacionadas		(17)	(37)	(17)	(15)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(1.083)	(2.670)	1.277	578
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	6.234	5.608	2.036	1.151
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(4.588)	(5.348)	(1.354)	(834)
Liquidação de arrendamento	17(c)	(527)	(537)	(107)	(120)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)			127		92
Dividendos pagos	24(c)	(3.019)	(959)	(2.336)	(959)
Dividendos pagos a não controladores		(138)	(41)		
Redução de capital de acionistas não controladores		(122)	(69)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	18(h)	(2.160)	(1.219)	(1.761)	(670)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		404	(1.027)	(226)	(339)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		(162)	541		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.371	4.857	805	1.144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.613	4.371	579	805
Incluído em caixa e equivalentes de caixa	8(b)	4.613	4.071	579	805
Incluído em ativos mantidos para venda	29(c)		300		
Principais transações que não afetaram o caixa					
Pagamento de impostos com prejuízo fiscal		(105)		(72)	
Aquisição de imobilizado e intangível		(251)	(339)	(177)	(43)

(i) A Companhia revisou sua política contábil de apresentação das liquidações de instrumentos financeiros derivativos no fluxo de caixa. Como resultado, os juros pagos relacionados a esses instrumentos passaram a ser apresentados nas atividades operacionais, enquanto a liquidação do principal permanece classificada de acordo com a natureza do item protegido, em conformidade com sua classificação econômica.

As transações das atividades de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 18(h).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
		(Reapresentado Nota 5.6)		(Reapresentado Nota 5.6)	
Receitas					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		34.462	31.215	13.535	12.510
Outras receitas operacionais, líquidas		532	377	124	56
Receitas relativas à construção de ativos próprios		1.222	991	738	596
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	(38)	(22)	(20)	(16)
		36.178	32.561	14.377	13.146
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (menos depreciação, amortização, exaustão, custo com pessoal, encargos sociais e outros)		(19.605)	(17.582)	(7.458)	(6.925)
Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros		(2.071)	(1.839)	(1.093)	(920)
Acordo celebrado com o CADE			(1.093)		(1.093)
Provisão de <i>impairment</i> de ativos	27(b)		(10)		(4)
		(21.676)	(20.524)	(8.551)	(8.942)
Valor adicionado bruto		14.502	12.037	5.826	4.204
Depreciação, amortização e exaustão	26(b)	(2.857)	(2.362)	(999)	(701)
Valor adicionado líquido produzido		11.645	9.675	4.827	3.503
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	14(e)	81	157	2.759	1.864
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		1.564	1.599	1.007	987
Receitas de aluguéis, dividendos e outros		28	37	2	4
		1.673	1.793	3.768	2.855
Total do valor adicionado a distribuir		13.318	11.468	8.595	6.358
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais					
Remuneração direta		3.485	3.201	831	760
Benefícios		586	537	318	293
FGTS		64	61	52	48
		4.135	3.799	1.201	1.101
Impostos e contribuições					
Federais		546	643	581	796
Estaduais		3.059	2.997	1.956	1.846
Municipais		82	44	62	39
		3.687	3.684	2.599	2.681
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		3.111	3.018	1.869	1.661
Aluguéis		100	111	15	17
		3.211	3.129	1.884	1.678
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos mínimos obrigatórios	24(c)	695	213	695	213
Lucros retidos		1.366	510	2.216	685
Participação dos acionistas não controladores		224	133		
		2.285	856	2.911	898
Distribuição do valor adicionado		13.318	11.468	8.595	6.358

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora") e suas controladas ("Companhia") têm como atividades principais: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, argamassa, soluções agrícolas e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, logística e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas.

A VCSA é uma sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, além de países na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

A VCSA é controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, uma *holding* de investimento permanente, capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas em 27 de fevereiro de 2026 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com a lei que rege as Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício

3.1 Conclusão da venda das operações na Tunísia e Marrocos (Nota 29)

Em 26 de março de 2025, a subsidiária Votorantim Cimentos EA Inversiones S.L ("VCEA", anteriormente apresentada como "VCEAA" nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024) concluiu a venda de todos os seus ativos localizados na Tunísia, relacionados às operações da Societe Les Ciments de Jbel Oust e Societe Granulats Jbel Oust, para a empresa Sinoma Cement Co. Ltda.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2025, a subsidiária VCEA concluiu a venda de todos os seus ativos localizados no Marrocos, relacionados às operações Grabemaro S.A., Asment de Temara S.A., Asment Du Centre S. A. e Societé Marocainee SMBRM, para a empresa Heidelberg Materials.

3.2 Aquisição de negócios de agregados e concreto

Em maio de 2025, a VCNA Prairie LLC, subsidiária integral da St. Marys Cement Inc. (Canada) ("St. Marys"), adquiriu ativos operacionais da Rogers Ready Mix & Materials, Inc. e da Rogers Transportation Services, Inc. A operação foi contabilizada como uma combinação de negócios, conforme descrito na Nota 30(b).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3 Medidas tarifárias internacionais

A partir de 4 de março de 2025, o governo dos Estados Unidos anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre todos os bens provenientes do Canadá e tarifas de 10% sobre importações canadenses de energia. Em 6 de março de 2025, diante da ameaça de retaliações por parte do Canadá e de outras nações, o governo dos Estados Unidos alterou a ordem executiva para isentar os bens originários do Canadá e do México abrangidos pelo acordo Estados Unidos-México-Canadá ("USMCA"), que inclui a maioria dos bens comercializados pela Companhia.

Ainda em março de 2025, foram instituídas novas tarifas sobre importações de aço e alumínio, inicialmente fixadas em 25% e posteriormente elevadas para 50%. Em julho e agosto de 2025, novas tarifas foram anunciadas sobre determinados produtos originários do Brasil e sobre produtos não abrangidos pelo acordo comercial USMCA, com alíquotas que chegam a 50%.

Em agosto de 2025, foi suspenso o regime "*de minimis*" para importações nos Estados Unidos, passando a exigir o recolhimento prévio de impostos para remessas inferiores a USD 800 mil, medida que impacta as operações de e-commerce e pequenas remessas. Em dezembro de 2025, a Confederação Nacional da Indústria ("CNI") reportou a ampliação de isenções para exportações do Brasil, liberando cerca de 37,1% das vendas das sobretaxas, embora as tarifas principais permanecessem vigentes.

Em 20 de fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a IEEPA ("Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional") não autoriza a imposição ampla de tarifas, invalidando as tarifas denominadas "recíprocas", aplicadas desde abril de 2025. Na mesma data, o governo norte-americano anunciou a imposição de uma tarifa global temporária de 10%, por até 150 dias, a qual foi elevada para 15% no dia seguinte.

A volatilidade decorrente da imposição dessas tarifas pode impactar o setor da construção, levando à desaceleração de projetos ou ao aumento de custos em todas as regiões em que a Companhia atua, o que pode afetar os resultados futuros e sua posição financeira.

As medidas anunciadas também podem gerar impactos indiretos nas operações da Companhia, incluindo o aumento de custos e/ou à redução da disponibilidade de materiais. Entre os esforços para mitigar esses impactos estão a diversificação de fornecedores e o repasse parcial de custos aos clientes.

A Companhia segue monitorando os desdobramentos das medidas comerciais anunciadas e, avaliando continuamente seus potenciais impactos sobre suas operações. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, os efeitos econômicos permanecem incertos, uma vez que dependem da extensão, abrangência e vigência das tarifas que vierem a ser efetivamente implementadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Informações financeiras por segmento operacional e divulgação de grupo

As informações por segmento apresentadas a seguir excluem os resultados da Tunísia e do Marrocos do segmento Europa e Ásia desde o início dos respectivos exercícios apresentados, considerando a reclassificação desses países como operações descontinuadas conforme divulgado na Nota 30 das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, o resultado de 2025 no segmento da América do Norte, incluem o resultado da aquisição de negócios de agregados e concreto na subsidiária St. Marys Cement Inc (Canada) ("St. Marys"), a partir da data de obtenção do controle (Nota 30).

4.1 Informações financeiras por segmento operacional

A norma CPC 22 / IFRS 8 - Informações por segmento exige que os segmentos operacionais sejam identificados com base em relatórios internos sobre componentes da Companhia que são regularmente revisados pelo *Chief Operating Decision Maker* ("CODM") para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. Definimos o Diretor Presidente da Companhia como o CODM.

A Companhia atua geograficamente e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A atividade comercial está diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades. Os segmentos operacionais reportáveis que correspondem as divisões corporativas da Companhia são:

- (1) Brasil: compreende a produção e venda de cimento, agregados e argamassa estabilizada, argamassa básica, argamassa colante, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição, importação e coprocessamento para geração de energia.
- (2) América do Norte (operações no Canadá e Estados Unidos): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado e agregados.
- (3) Europa e Ásia (operações na Espanha e Turquia): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa.
- (4) América Latina (operações na Bolívia e Uruguai): compreende a produção e venda de cimento, argamassa, concreto pré-fabricado e soluções agrícolas. As operações na Argentina relacionadas a coligada Cementos Avellaneda S.A. são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 14), portanto não são consolidadas ou incluídas nos saldos reportados deste segmento operacional.

A principal métrica de desempenho financeiro para a gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para cada um dos segmentos geográficos reportáveis. O EBITDA ajustado é definido como: lucro do exercício antes dos impostos e contribuição social menos / mais depreciação, amortização e exaustão, resultado financeiro (líquido) e resultado de equivalência patrimonial de coligadas e *joint-ventures*, ajustado por dividendos recebidos de coligadas, *joint ventures* e operações descontinuadas, e certas transações que são consideradas pela Administração como passíveis de ajuste na métrica de desempenho financeiro, como reconciliado abaixo.

A Companhia atua geograficamente (Nota 4.2) e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A atividade comercial está diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos reportáveis no exercício de 2025:

	Brasil	América do Norte	Europa e Ásia	América Latina	Outros (i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	14.516	8.642	4.507	1.157	594	29.416
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	759	624	871	137	(106)	2.285
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	656	869	988	96	(77)	2.532
Depreciação, amortização e exaustão	1.331	1.073	350	102	1	2.857
Resultado financeiro líquido	815	359	175	52	129	1.530
Equivalência patrimonial	3	(17)	(35)		(32)	(81)
Dividendos recebidos					167	167
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	4					4
Business combination (iii)		(6)				(6)
Ajustes e reclassificações entre segmentos	20	(1)	22	1	(42)	
EBITDA ajustado	2.829	2.277	1.500	251	146	7.003
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	2.034	1.234	389	40		3.697
Dívida líquida	5.433	4.810	(81)	339	901	11.402

Segmentos reportáveis no exercício de 2024:

	Brasil	América do Norte	Europa e Ásia	América Latina	Outros (i)	Consolidado
Receita líquida de contratos com clientes	12.885	8.185	3.883	903	709	26.565
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(438)	644	676	(8)	(18)	856
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(187)	887	738	(33)	(5)	1.400
Depreciação, amortização e exaustão	971	976	261	154		2.362
Resultado financeiro líquido	747	486	97	36	61	1.427
Equivalência patrimonial	(22)	(37)	(26)		(72)	(157)
Dividendos recebidos (iv)					319	319
Itens de ajuste do EBITDA						
Acordo celebrado com o CADE (v)	1.093					1.093
Provisão (reversão) de impairment de ativos (vi)	13	(3)				10
Contratos futuros de energia - valor justo (ii)	3					3
Outros ajustes não relevantes	17					17
Ajustes e reclassificações entre segmentos	(7)	(10)	17	1	(1)	
EBITDA ajustado	2.628	2.299	1.087	158	302	6.474
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	1.645	1.195	352	85		3.277
Dívida líquida	4.693	4.122	246	463	1.216	10.740

- (i) A coluna de "Outros" refere-se ao resultado das operações da Votorantim Cimentos Trading, como também, das *holdings* Votorantim Cimentos Latam ("VC LATAM") e Votorantim Cimentos Internacional ("VCI"), não incluído nos demais segmentos operacionais revisados pelo *Chief Officer Decision Maker* ("CODM").
- (ii) A marcação a mercado dos contratos de energia consiste no resultado não caixa da mensuração a valor justo do excedente de contratos futuros de compra de energia. O excedente existente relacionado com exercícios futuros é marcado a mercado no balanço patrimonial e gera volatilidade de período a período no resultado contábil, bem como pode não resultar em perdas ou ganhos efetivos de caixa no resultado operacional. Com isso, a Administração entende que o efeito da marcação a mercado deve ser ajustado na métrica de performance.
- (iii) Resultados gerados em transações de combinações de negócio concluídas pela Companhia são ajustados no cálculo do EBITDA pois não compõem a geração originária de recursos pelas operações. O detalhamento desta operação está na Nota 30(b).
- (iv) Inclui R\$ 170.452 de dividendos declarados e recebidos das operações descontinuadas.
- (v) O pagamento do acordo celebrado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em dezembro de 2024 foi ajustado ao cálculo do EBITDA por se tratar de item não recorrente as atividades operacionais da Companhia, sendo relevante seu ajuste para comparabilidade do desempenho financeiro medido por esta métrica entre o exercício corrente e o exercício comparativo.
- (vi) Perdas geradas por *impairment* em ativos não circulantes e suas correspondentes reversões são ajustados por não serem determinantes na avaliação do desempenho operacional do exercício, assim como para manter a comparabilidade operacional do indicador uma vez que está relacionada com a expectativa de retorno futuro da base destes ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Ativos não circulantes por região geográfica

O total dos ativos não circulantes consolidados (imobilizado, intangíveis, ativos de direito de uso e propriedades para investimento) por país, é apresentado a seguir:

Países	2025	2024
Brasil	11.225	10.655
Canadá	9.099	9.246
Estados Unidos	5.663	6.014
Espanha	2.994	2.731
Turquia	929	966
Outros	2.814	2.806
	32.724	32.418

4.3 Gestão de capital

Os principais objetivos da Companhia na administração do seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade operacional, a fim de maximizar retornos aos acionistas e manter uma estrutura de capital eficiente.

A Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, definido como a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado. A dívida líquida é calculada com o total de empréstimos, financiamentos e debêntures e passivos de arrendamentos deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem utilizados pela Companhia para gestão de capital em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentados a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18(b)	15.225	14.506
Arrendamentos	17(c)	1.852	1.566
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	(4.613)	(4.071)
Aplicações financeiras	9(b)	(978)	(1.137)
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(84)	(124)
Dívida líquida - (A)		11.402	10.740
EBITDA ajustado últimos 12 meses - (B)		7.003	6.474
Índice de alavancagem financeira - (A/B)		1,63	1,66

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

5.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*), e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As IFRS compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS® *Interpretations Committee* - FRIC *Interpretations*) e do Comitê Permanente de Interpretações (*Standing Interpretations Committee* - SIC® *Interpretations*).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas pela gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras estão descritas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 5.5.

5.2 Novas normas, interpretações, orientações contábeis e legislações

5.2.1 Normas, interpretações, orientações contábeis e legislações adotadas

As interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1 de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia:

(a) Alterações à IAS 21 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulado falta de conversibilidade

A alteração na norma impacta entidades que realizam transações em moedas estrangeiras que não são conversíveis para outra moeda através de mecanismos normais de mercado. A Companhia não realizou transações em moedas sem conversibilidade.

(b) OCPC 10 - créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO)

A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de tCO₂e, *allowances* e CBIO na originação e aquisição destes, para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como sobre o reconhecimento dos passivos associados, para entidades atuantes no mercado brasileiro. A Companhia não identificou impactos contábeis a serem reconhecidos, bem como concluiu que as políticas contábeis divulgadas na Nota 16(a) permanecem adequadas.

5.2.2 Normas, interpretações, orientações contábeis e legislações que ainda não estão em vigor

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras (IFRS 18)

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

- Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Administração; e
- Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia não tem a intenção de realizar a adoção antecipada.

(b) Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (alterações ao IFRS 9 e IFRS 7)

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como *'contracts referencing nature-dependent electricity'*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *'own use'*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)* e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

(c) Reforma tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

Em 2025, a Companhia concluiu todas as adequações necessárias para ajustar os processos de emissão e recebimento de documentos fiscais às novas exigências e prazos estabelecidos. Dessa forma, não foram considerados na elaboração destas demonstrações financeiras anuais qualquer efeito relacionado aos impactos da reforma tributária.

(d) Outras alterações

Interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção das normas, interpretações e alterações listadas abaixo não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros:

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- Melhorias anuais às normas contábeis IFRS
 - IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de *hedge* por um adotante inicial
 - IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento
 - IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento
 - IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um “agente de fato”
 - IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações
- Alterações ao IAS 21 – Conversão para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária
- Alterações no Exemplos Ilustrativos do IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 – Divulgações sobre Incertezas nas Demonstrações financeiras

5.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$” ou “Reais”), sendo demonstrada em milhões.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Consolidação**5.4.1 Operações com moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio como operações qualificadas como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

5.4.2 Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

O resultado e a posição financeira de todas as subsidiárias cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas das demonstrações do resultado e do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do exercício dessa demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias, conforme Nota 5.4.6; e
- (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como "Outros resultados abrangentes" num componente separado no patrimônio líquido dentro da conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior assim como, dos empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como instrumento de *hedge* de investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio acumuladas equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de *hedge* que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O montante de diferenças de câmbio acumuladas a reconhecer no resultado é quantificado com base no método de consolidação usado pela Companhia que é o método de consolidação passo a passo no qual cada entidade é consolidada na entidade que detêm diretamente a participação nela e assim sucessivamente até a consolidação final na Companhia.

O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão também é reconhecido como "Outros resultados abrangentes". As moedas funcionais das principais subsidiárias no exterior da Companhia estão apresentadas na Nota 5.4.9.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4.3 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial no grupo de Investimentos (Nota 14).

Saldo e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas subsidiárias são eliminadas na consolidação.

A Companhia trata as transações com acionistas não-controladores que não resultem em perda de controle como transações com acionistas da Companhia. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ajuste do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado.

5.4.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

(i) Coligadas

Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, sem contudo, deter o controle ou o controle conjunto dessas entidades. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo.

(ii) *Joint arrangements*

Investimentos em *joint arrangements* onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como *joint ventures* ou *joint operations*. Em uma *joint venture*, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos.

As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial. Em uma *joint operation*, a Companhia reconhece individualmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas detidos ou incorridos em conjunto.

(iii) Método de equivalência patrimonial

No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de transação, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na Investida em "Outros resultados abrangentes", até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e *joint ventures* são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento.

Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures* são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os dividendos recebidos de participações em coligadas e *joint ventures* como fluxo de caixa de atividades de investimento.

O teste de *impairment* do valor contábil dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é realizado de acordo com a política apresentada na Nota 5.5.2(a).

5.4.5 Transações entre entidades sob controle comum

Quando ocorrem transações de transferência não monetária entre entidades sob controle comum, a Companhia registra os ativos e passivos transferidos por seus valores contábeis na data da transferência.

5.4.6 Economias hiperinflacionárias

O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%.

O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras.

Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos para o ajuste acima mencionado são os seguintes:

- (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço;
- (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em "Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas".
- (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser convertidos pela taxa de fechamento na data da demonstração financeira mais recente.

Os números comparativos das demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não são ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial, decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença decorrente da adoção inicial desta contabilização diretamente

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

na demonstração das mutações do patrimônio líquido como “Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação”.

A aplicação contínua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio” e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração de resultado abrangente dentro da rubrica “Variação cambial de operações localizadas no exterior”.

O saldo dos ativos não monetários atualizados monetariamente são reduzidos quando excedem seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado.

Quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuada, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os exercícios subsequentes.

A Companhia aplica o CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária para registro da posição patrimonial e resultado nas seguintes operações:

(i) Turquia

No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional (“FMI”), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional. A taxa de inflação da Turquia apresentou redução, encerrando o ano de 2025 em 31% pelo IPC, contra 44% registrados em 2024.

(ii) Argentina

Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao investimento da Companhia na Cimentos Avellaneda S.A. (“Avellaneda”), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino. A taxa de inflação da Argentina apresentou redução, encerrando o ano de 2025 em 32% pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”), contra 118% registrados em 2024.

5.4.7 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas (Nota 29)

Um ativo, ou grupo de ativos e passivos, é mantido para venda quando se espera que seu valor contábil seja recuperado pela transação de venda ao invés de uso contínuo. Isso ocorre se o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos habituais e costumesiros para conclusão da transação, momento em que a venda é definida como “altamente provável”.

O grupo de ativos e passivos mantidos para venda é mensurado ao valor recuperável pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo definido pelas partes da transação menos os gastos incrementais esperados e diretamente atribuíveis a conclusão da venda.

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia, que foi baixado ou está reclassificado como mantido para venda e que:

- (i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- (ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações comparativas do resultado são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. O resultado da operação descontinuada é evidenciado em montante único na demonstração do resultado, líquido do imposto de renda e contribuição social.

5.4.8 Combinação de negócios (Nota 30)

O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pela Companhia;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores na adquirida com base na data de aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação da não controladora nos ativos identificáveis, líquidos, da adquirida.

Os custos relacionados à aquisição não são incluídos no custo da combinação, mas reconhecidos como despesa no resultado.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), ou resultado de compra vantajosa, é mensurado pelo montante que a soma dos itens abaixo exceder o valor justo, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos:

- (a) contraprestação transferida;
- (b) valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida; e
- (c) valor justo – na data de aquisição – de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis, líquidos, adquiridos é registrado como ágio.

Caso esses valores sejam inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado do exercício como compra vantajosa. Caso esses valores sejam superiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida como *goodwill* no ativo.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de forma independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo sendo reconhecidas no resultado.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação acionária na adquirida anteriormente detida pela Companhia é reavaliado ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal remensuração são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4.9 Principais subsidiárias e alterações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (momento que a Companhia adquire controle) até à data em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre a controlada.

As principais subsidiárias e as alterações relevantes de participações nas investidas no exercício foram:

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
	2025	2024			
Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Internacional S.A. - "VCI"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Holding
Motz Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Transporte
Votorantim Cimentos N/NE S.A. - "VCNNE"	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Cimentos
Calmit Mineração Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Florestal
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Lidermac Ind e Com. Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
CRB Operações Portuárias S.A.	99,99	99,99	Brasil	Real - BRL	Portuária
Votorantim Cimentos International S.A. e subsidiárias					
St. Marys e subsidiárias					
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Cimentos
2339097 Ontario Limited	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377482 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377962 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
Rosedale Securities Ltd.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCNA US Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
St. Marys Cement U.S. LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
McInnis USA LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
VCNA Prairie LLC.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
313 Ready Mix, LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
Superior Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCNA United Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
Votorantim Cimentos North America, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L e subsidiárias					
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. "VCEA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Trading
Votorantim Cementos España, S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Cementos Asment EAA (ii)		100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Prebetong Áridos S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Hormigones S.A.	99,75	99,75	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Morteros de Galicia S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
Comercial Cosmos SUR S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Compañia General de Canteras, S.A.	99,18	99,18	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Prebetong Lugo Hormigones S.A.	82,68	82,69	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Lugo S.A.	82,68	82,69	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Votorantim Cimento Sanayiye Ticaret A.S.	99,96	99,95	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Yibitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S. (iii)	80,65	82,92	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Grabemaro S.A. (ii)		100,00	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Asment de Temara S.A. (ii)		62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Cimentos
Asment Du Centre S.A. (ii)		62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Société Marocaine SMBRM (ii)		30,68	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Moagem
Societe Les Ciments de Jbel Oust (i)		100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Cimentos
Societe Granulats Jbel Oust (i)		100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Agregados
VC Latam e subsidiárias					
Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l "VC LATAM"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Yacuces S.L	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Itacamba Cimentos S.A.	34,00	34,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Peso uruguai - UYU	Cimentos

(i) Em março de 2025, a Companhia concluiu a venda das operações na Tunísia, conforme Nota 3.1.

(ii) Em junho de 2025, a Companhia concluiu a venda das operações no Marrocos, conforme Nota 3.1.

(iii) Em 2025, a subsidiária Yibitas Yozgat Isci Birliği Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S ("Yibitas") vendeu suas ações, e por consequência, o total da participação da subsidiária Votorantim Cimento Sanayi ve Ticaret A.S na Yibitas foi reduzida para 80,65%.

5.4.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa apresentam as mudanças em caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento no curto prazo a partir da data de aquisição.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados com base no método indireto. O lucro antes dos impostos é ajustado para os efeitos de transações não monetárias, para os efeitos de quaisquer diferimentos ou para o registro em uma base de competência de recebimentos ou pagamentos de caixa operacionais passados ou futuros, e para os efeitos de itens de receitas ou despesas associadas aos fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento.

Todas as receitas e despesas resultantes de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e financiamento, são excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

5.4.11 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As IFRSs não requerem a apresentação desta demonstração e, portanto, é considerada informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

A DVA evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição.

5.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia utiliza premissas para elaborar estimativas relacionadas a eventos futuros. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

5.5.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco (por exemplo ESG ou a falta de liquidez, entre outros) dão origem a um ajuste não observável significativo.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- A análise de fluxos de caixa descontados.

Exceto a alteração mencionada na Nota 7(e)(i), a Companhia não alterou qualquer outra técnica de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e Nível 3.

A Companhia utiliza seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5.5.2 Impairment de ágio e ativo não circulante**(a) Práticas contábeis**

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à depreciação e amortização, e possuem seu valor recuperável testado para *impairment* anualmente.

Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização (ativos não circulantes com vida útil definida) passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por valor recuperável (*impairment*) é reconhecida como despesa na rubrica de "Outros resultados operacionais" (Nota 27) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso, mensurado pela Companhia pelo método de fluxo de caixa descontado. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis ("UGC" - Unidades Geradoras de Caixa).

Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa e Ásia foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa e Ásia compreendem um grupo de duas UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha e Turquia), mas o ágio não é monitorado ou alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil, a alocação foi feita a regional para qual o negócio adquirido foi integrado. A alocação dos ágios está demonstrada na Nota 16(c).

Quando uma perda por *impairment* é revertida, exceto ágio, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outros resultados operacionais" (Nota 27). Perda por *impairment* de ágio reconhecida no resultado do exercício não é revertida.

(b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs ou grupo de UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs ou grupo de UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC ou grupo de UGCs. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas ou negócios com processos de reestruturação ou revisões estratégicas, para refletir melhor

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano.

A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional ou à UGC que está sendo testada.

As taxas reais de desconto antes dos impostos aplicadas pela Companhia por região geográfica nos testes de *impairment* variam entre 7,89% a 21,15% em 2025 (7,43% a 19,51% em 2024).

(c) Resultado do teste de *impairment*

Com base nos testes de *impairment* realizados para 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment* considerando que o valor recuperável supera valor contábil para as UGCs testadas.

Para o exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2024, com base nos testes efetuados, a Companhia concluiu não haver a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No entanto, a Companhia reconheceu perdas por *impairment* decorrente de projetos descontinuados, sendo R\$ 13 na UGC Centro Norte (segmento operacional Brasil). Os montantes foram integralmente alocados no “Imobilizado” (Nota 15(b)) e reconhecido em “Outros resultados operacionais” (Nota 27).

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs ou grupos de UGCs incluídas no teste de *impairment* para o exercício de 2025. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto).

A Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nas premissas que resultem em valor contábil superior ao valor recuperável ou em *impairment* material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, com exceção da Argentina.

No caso da Argentina, o cenário base de dezembro de 2025 apresentou valor recuperável próximo ao valor contábil, não sendo identificada a necessidade de reconhecimento de *impairment*. Nos testes realizados, verificou-se que as variações na taxa de desconto, nos preços ou volumes projetados poderiam resultar em um valor recuperável equivalente ao valor contábil do investimento.

5.5.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro em todos os países que opera. A provisão para tributos diferidos é calculada individualmente por entidade, com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes em cada localidade na data do balanço. Também são reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e o volume. O resultado do teste de recuperabilidade deste exercício está apresentado nas Notas 20(g) e 20(h).

5.5.4 Provisões e contingências

A Companhia é parte em processos litigiosos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais e administrativas decorrentes de resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios e da atualização monetária dos valores em discussão.

5.5.5 Obrigações com descomissionamento de ativos

Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo.

Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2025 estão entre 4,0% a 17,3% a.a. (31 de dezembro de 2024 - 3,4% a 14,7% a.a.).

5.5.6 Benefícios pós-emprego

O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direitos atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.6 Demonstração do valor adicionado

Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), a Companhia procedeu à reapresentação da DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações geraram ajustes positivos e negativos.

Estas correções, representadas por reclassificações, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais.

Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo:

- (i) Reclassificação entre linhas nos valores no grupo de “Insumos adquiridos de terceiros”, em decorrência da revisão dos critérios de apresentação, passando a divulgá-los por função e não mais por natureza. Consequentemente as linhas anteriormente apresentadas como “Matérias-primas e outros insumos de produção” e “Energia, combustível e serviço de terceiros e outros” foram renomeadas para “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (menos depreciação, amortização, exaustão, custo com pessoal, encargos sociais e outros)” e “Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros” respectivamente;
- (ii) Adição do montante de tributos a recuperar incidentes nas compras de produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, entre outros alocados na linha de “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (menos depreciação, amortização, exaustão, custo com pessoal, encargos sociais e outros)” que não haviam sido considerados na versão anterior) em contrapartida ao grupo de “Impostos e contribuições”;
- (iii) Inclusão de valores referente a “Receitas relativas à construção de ativos próprios” que não haviam sido considerados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (iv) Os “Dividendos deliberados” distribuídos das reservas de lucros foram reclassificados para a linha de “Lucros retidos”, em conformidade com a norma contábil;
- (v) Despesa com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço “FGTS” e as despesas de férias e 13º salário com remuneração direta, anteriormente apresentadas na linha de “Encargos sociais”, foram segregadas em linhas específicas, dentro do grupo de “Pessoal e encargos sociais” e reclassificadas para a linha de “Remuneração direta”, respectivamente.

Estas reclassificações não geraram qualquer outro impacto ou em qualquer outro índice relevante no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e estão sendo reapresentadas na DVA para fins de comparabilidade.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Controladora		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado 2024	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado 2024
Receitas						
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)	31.215		31.215	12.510		12.510
Outras receitas operacionais, líquidas	494	(117)	377	116	(60)	56
Receitas relativas à construção de ativos próprios		991	991		596	596
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(22)		(22)	(16)		(16)
	31.687	874	32.561	12.610	536	13.146
Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (menos depreciação, amortização, exaustão, custo com pessoal, encargos sociais e outros)	(10.916)	(6.666)	(17.582)	(4.211)	(2.714)	(6.925)
Despesas de materiais, serviços de terceiros e outros	(5.742)	3.903	(1.839)	(2.439)	1.519	(920)
Acordo celebrado com o CADE	(1.093)		(1.093)	(1.093)		(1.093)
Provisão de <i>impairment</i> de ativos	(10)		(10)	(4)		(4)
	(17.761)	(2.763)	(20.524)	(7.747)	(1.195)	(8.942)
Valor adicionado bruto	13.926	(1.889)	12.037	4.863	(659)	4.204
Depreciação, amortização e exaustão	(2.362)		(2.362)	(701)		(701)
Valor adicionado líquido produzido	11.564	(1.889)	9.675	4.162	(659)	3.503
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	157		157	1.864		1.864
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	1.599		1.599	987		987
Receitas de aluguéis, dividendos e outros		37	37		4	4
	1.756	37	1.793	2.851	4	2.855
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir	13.320	(1.852)	11.468	7.013	(655)	6.358
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir	329	(329)				
Total do valor adicionado a distribuir	13.649	(2.181)	11.468	7.013	(655)	6.358
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos sociais						
Remuneração direta	3.201		3.201	760		760
Benefícios	516	21	537	272	21	293
FGTS	61		61	48		48
	3.778	21	3.799	1.080	21	1.101
Impostos e contribuições						
Federais	2.042	(1.399)	643	1.126	(330)	796
Estaduais	3.466	(469)	2.997	2.193	(347)	1.846
Municipais	44		44	39		39
	5.552	(1.868)	3.684	3.358	(677)	2.681
Remuneração de capitais de terceiros						
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	3.025	(7)	3.018	1.661		1.661
Aluguéis	109	2	111	16	1	17
	3.134	(5)	3.129	1.677	1	1.678
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos mínimos obrigatórios	213		213	213		213
Lucros retidos	510		510	685		685
Participação dos acionistas não controladores	133		133			
	856		856	898		898
Distribuição do valor adicionado das operações continuadas	13.320	(1.852)	11.468	7.013	(655)	6.358
Distribuição do valor adicionado das operações descontinuadas	329	(329)				
Distribuição do valor adicionado	13.649	(2.181)	11.468	7.013	(655)	6.358

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.7 Direitos de emissão de CO2

Algumas investidas da Companhia localizadas na Espanha e no Canadá estão sujeitas a mecanismos de *cap-and-trade* em relação às emissões de gases de efeito estufa. Os direitos de emissão concedidos gratuitamente são inicialmente mensurados a um valor nominal de zero.

Os direitos de emissão adquiridos a título oneroso são contabilizados ao custo como ativos intangíveis, se forem destinados a liquidar um passivo resultante das obrigações do mecanismo de *cap-and-trade*, caso contrário, são classificados como estoque. Eles não são amortizados, mas estão sujeitos ao consumo e a redução de valor recuperável (*impairment*).

Uma provisão é reconhecida no passivo se as emissões reais de CO2 até a data do relatório não estiverem cobertas por direitos de emissão concedidos gratuitamente. A provisão desse déficit é mensurada no final de cada período de relatório ao valor contábil dos direitos de emissão já detidos e ao valor de mercado para os direitos adicionais necessários para cobrir as emissões reais. Essa provisão, caso necessária, é apresentada como "Outros passivos" no balanço patrimonial.

A Companhia também está sujeita ao mecanismo de imposto de carbono no Canadá. A política contábil descrita acima se aplica da mesma forma, com o limite anual de emissões de CO2 sendo assimilado aos direitos de emissão gratuitos anuais.

6 Gestão de riscos**6.1 Gestão de riscos socioambientais e climáticos**

A Companhia atua em diversos países e dessa forma, suas atividades estão sujeitas às legislações sociais, ambientais e climáticas locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, que disciplinam a condução das operações, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento desses riscos, incluindo aquelas que regulam os deveres do titular do empreendimento e/ou atividade quanto a adoção de medidas de proteção social, ambiental e climática. Violações à tais regulamentações podem levar a multas e sanções pecuniárias substanciais além da eventual necessidade de implementação de medidas técnicas para assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios aplicáveis.

A Companhia efetua avaliações periódicas dos riscos socioambientais e climáticos e tratando-os por meio de ações preventivas, de mitigação, compensação ou provisões para obrigações futuras.

6.1.1 Sazonalidade das operações no hemisfério norte

Nos mercados localizados no hemisfério norte, a demanda por cimento, concreto, agregados e outros materiais de construção é sazonal durante o período de inverno no primeiro semestre, devido as mudanças climáticas relevantes como precipitação, neve e chuva, o que afetam adversamente a indústria de construção civil e podendo causar paradas no processo de construção. As operações são normalizadas a partir do segundo semestre, com início da estação de verão nesses mercados.

A Companhia possui disponível linha de crédito rotativa que tem como uma das principais finalidades prover liquidez adicional às controladas baseadas no hemisfério norte durante o período de sazonalidade. Historicamente, os saques estão concentrados no primeiro semestre e substancialmente liquidados até o final do período de acordo com a retomada operacional.

6.2 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco de mercado (Nota 6.3); (ii) risco de crédito (Nota 6.4) e (iii) risco de liquidez (Nota 6.5).

Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são comercializados em diversas moedas e indexadores em função do posicionamento global da Companhia, e potenciais riscos de descasamentos entre receitas e custos podem acontecer.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui dívidas atreladas a moedas e indexadores distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa e lucros futuros.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia adotou a política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos do mercado financeiro, tais como oscilações de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. A política financeira da Companhia objetiva a gestão de alavancagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas consideradas *investment grade*. A política financeira da Companhia pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas.

Os seguintes instrumentos derivativos podem ser usados para proteção e gerenciamento de riscos financeiros: swaps convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou *commodities*) e contratos a termo, conhecidos como NDF – *Non Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou *commodities*). A principal diretriz da estratégia de *hedge* da Companhia segue operações que não envolvam instrumentos financeiros para fins especulativos ou operações que possam ser caracterizadas como alavancagem (ou seja, que a exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o item protegido), e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração.

6.3 Risco de mercado

6.3.1 Risco cambial

O risco cambial da Companhia decorre da exposição às oscilações das taxas de câmbio em moedas estrangeiras relacionadas às suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que consequentemente podendo impactar seus fluxos de caixa ou resultados. A Companhia e suas investidas possuem ativos e passivos denominados em moedas distintas da moeda funcional, tais como euro, dólar canadense, dólar estadunidense, lira turca, bolivianos, pesos uruguaios entre outras.

O gerenciamento do risco cambial, é realizado, em parte por meio do uso de instrumentos financeiros derivativos (Nota 6.3.3) principalmente, *swaps* cambiais e contratos a termo de moeda estrangeira (NDF- *Non-Deliverable Forward*), com o objetivo de mitigar a exposição à flutuação da moeda estrangeira entre o real e o dólar estadunidense.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	264	462	3	61
Instrumentos financeiros derivativos (i)	1.265	1.734	1.265	1.734
Contas a receber de clientes	59	207		
Partes relacionadas	76	92	41	24
	1.664	2.495	1.309	1.819
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	5.302	5.318	1.281	1.727
Arrendamentos		58		
Fornecedores e outras contas a pagar	329	332	31	10
Partes relacionadas	359	468		2
	5.990	6.176	1.312	1.739
Exposição líquida	(4.326)	(3.681)	(3)	80

(i) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos referem-se ao valor de referência (*notional*) dos instrumentos.

(ii) Custos de captação não estão considerados neste montante.

A Companhia possui também investimentos em operações no exterior (Nota 5.4.9), cujos ativos líquidos expõem a Companhia ao risco cambial. A exposição cambial decorrente dos investimentos em

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

operações no exterior é parcialmente protegida por meio de empréstimos, financiamentos na mesma moeda desses investimentos, que são classificados como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior (Nota 6.3.3(d)).

Essa exposição sofreu alterações desde as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando o evento descrito na Nota 3.1, reduzindo a exposição cambial da Companhia na consolidação das transações e levando a exposição ao risco cambial para uma posição balanceamento geográfico equilibrado entre mercados maduros e emergentes.

6.3.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge principalmente de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures emitidos a taxas variáveis e taxas fixas expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa e de valor justo, respectivamente, associado à taxa de juros. A Companhia apresenta nas Notas 18(b) e 6.3.3(b), a exposição à taxa de juros e instrumentos financeiros derivativos de proteção mantidos pela Companhia.

6.3.3 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Práticas contábeis

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas no resultado na rubrica de instrumentos derivativos.

Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão.

A seguir reportamos as principais práticas adotadas na proteção das exposições:

Programa de proteção da exposição cambial – instrumentos de proteção financeira contratados com o objetivo de proteção do fluxo de caixa oriundo da exposição cambial. A proteção é realizada por meio de compra/venda a termo de dólar estadunidense, euro e outras moedas.

Programa de proteção de taxa de juros – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição as taxas SOFR, taxa de dólar pré-fixada e ao IPCA (índice de preços do Brasil), para garantir a conformidade com os requerimentos estabelecidos na política financeira da Companhia. A proteção é realizada por meio de swaps. A Companhia também utiliza de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para gerenciar a volatilidade no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia detinha os seguintes instrumentos financeiros para cobrir as exposições cambiais e de taxa de juros:

	Consolidado												
	Valor principal			2024				2025		Valor justo por vencimento			
			Unidade do principal	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Impacto no resultado financeiro	Perda (ganho) realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)				2028 e acima	
Programas	2025	2024							2025	2026	2027		
Proteção de taxas de juros e moedas não designados para hedge accounting													
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	80	130	USD milhões	31	(108)	52	2	(23)	(44)	(20)	41		
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	1.020	1.020	BRL milhões	39	(9)	89		119	(83)	13	30	159	
				70	(117)	141	2	96	(127)	(7)	71	159	
Proteção de taxas de juros e moedas designado para hedge de valor justo													
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150	150	USD milhões	141	(152)	39	4	32	(56)	(23)	(6)	117	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	623	623	BRL milhões	(51)	(14)	48		(17)	(41)	(28)	(26)	78	
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI	170	170	BRL milhões	(36)	8	6		(22)	(5)	(2)	(3)	(12)	
				54	(158)	93	4	(7)	(102)	(53)	(35)	183	
Hedge de proteção cambial													
NDF proteção cambial	86		USD milhões		17	(22)		(5)	(5)				
				124	(258)	212	6	84	(234)	(60)	36	342	
Ativo não circulante				875				627					
Passivo circulante				(248)				(234)					
Passivo não circulante				(503)				(309)					
Total líquido entre ativo e passivo				124				84					

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora											
	Valor principal			2024		2025			Valor justo por vencimento			
			Unidade do principal	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)	Impacto no resultado financeiro	Perda (ganho) realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo) (i)				2028 e acima
Programas	2025	2024							2025	2026	2027	
Proteção de taxas de juros e moedas não designadas para hedge accounting												
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	80	130	USD milhões	31	(108)	52	2	(23)	(44)	(20)	41	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	615	615	BRL milhões	30	(5)	56		81	(53)	9	20	105
				61	(113)	108	2	58	(97)	(11)	61	105
Proteção de taxas de juros e moedas designadas para hedge de valor justo												
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150	150	USD milhões	141	(153)	39	4	31	(56)	(23)	(6)	116
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	411	411	BRL milhões	(34)	(9)	33		(10)	(27)	(19)	(17)	53
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI	112	112	BRL milhões	(23)	5	3		(15)	(3)	(2)	(2)	(8)
				84	(157)	75	4	6	(86)	(44)	(25)	161
Hedge de proteção cambial												
NDF proteção cambial	86		USD milhões		17	(21)		(4)	(4)			
				145	(253)	162	6	60	(187)	(55)	36	266
Ativo não circulante				720				473				
Passivo circulante				(199)				(188)				
Passivo não circulante				(376)				(225)				
Total líquido entre ativo e passivo				145				60				

(i) O valor total (líquido entre ativos e passivos) é mensurado pelo valor justo dos instrumentos financeiros levando em conta o risco de crédito da Companhia e/ou da contraparte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Hedge de valor justo

A Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo certas operações de empréstimos e financiamentos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção do risco de valor justo associado com a taxa de juros e câmbio. Nas operações designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de proteção e o objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e os métodos utilizados para avaliação da efetividade.

As variações no valor justo dos instrumentos de proteção (derivativos) contratados são registradas no resultado como receitas e despesas financeiras. As variações dos empréstimos designados que são atribuíveis exclusivamente aos riscos protegidos são registradas também no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como receitas ou despesas financeiras.

A relação vigente de efetividade mensurada no exercício está apresentada a seguir:

					2025							
					Consolidado				Controladora			
<i>Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos</i>	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto
Swap de câmbio e juros	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150	32	(61)	59	150	31	(61)	59
Swap de juros	Debênture CRI IPCA + 6,30% a.a.	2035	IPCA + 6,30% a.a.	BRL CDI + 0,73% a.a.	623	(17)	(89)	93	411	(10)	(59)	61
Swap de juros	Debênture CRI Pré-fixado 11,51% a.a.	2033	Pré-fixado 11,51% a.a.	BRL CDI + 0,72% a.a.	170	(22)	(25)	26	112	(15)	(16)	17

					2024							
					Consolidado				Controladora			
<i>Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos</i>	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto
Swap de câmbio e juros	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150	141	(16)	23	150	141	(16)	23
Swap de juros	Debênture CRI IPCA + 6,30% a.a.	2035	IPCA + 6,30% a.a.	BRL CDI + 0,73% a.a.	623	(51)	(99)	96	411	(34)	(65)	63
Swap de juros	Debênture CRI Pré-fixado 11,51% a.a.	2033	Pré-fixado 11,51% a.a.	BRL CDI + 0,72% a.a.	170	(36)	(40)	38	112	(23)	(26)	25

A variação corresponde ao valor acumulado dos ajustes de valor justo sobre os itens protegidos, incluído no valor contábil dos empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos derivativos designados para fins de *hedge* de valor justo está demonstrado separadamente na Nota 6.3.3(b).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não registrou inefetividade decorrente das operações de *hedge* de valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(d) Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior

O *hedge* de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado de maneira similar ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge*, relacionado com a parcela efetiva do *hedge*, é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do exercício quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

										2025
Investidora					Objeto			Instrumento		Ganho
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	80,41%	622	3.422	USD	500	2.751	123

										2024
Investidora					Objeto			Instrumento		Perda
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	78,37%	638	3.950	USD	500	3.096	(215)

Não foi apurada inefetividade da operação de *hedge* de investimento líquido designada no exercício, portanto, não foram realizados lançamentos de ganho ou perda na demonstração do resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.4 Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações financeiras estabelecidas em um contrato ou instrumento financeiro. A Companhia está exposta a esse risco tanto em suas atividades operacionais, principalmente contas a receber de clientes, quanto em suas atividades de investimentos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar os efeitos adversos do risco de crédito do contas a receber de clientes, a Companhia adotou políticas de crédito e cobrança aprovadas pela Administração, de modo a avaliar a capacidade financeira de seus clientes e mitigar possíveis impactos negativos decorrentes da inadimplência.

Para gerenciar o risco de crédito de suas atividades de investimentos a Companhia tem como política selecionar emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou superior a AA- (ou Aa3), ou *rating* em escala global igual ou superior a BBB (ou Baa3). Para países cujos emissores não atendem essas classificações descritas, são aplicados, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Além disso, o limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado conforme política financeira interna considerando o *rating* e balanço patrimonial da instituição.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações com instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato por cada contraparte.

6.4.1 Risco de crédito contas a receber de clientes

Os montantes representam o saldo do contas a receber de clientes, desconsiderando títulos vencidos, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e saldos com partes relacionadas.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Risco alto	173	165	55	38
Risco médio	297	247	134	96
Risco baixo	938	848	352	375
AAA	367	364	56	99
	1.775	1.624	597	608

Risco alto Clientes com alto risco de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos recorrentes de pagamentos.

Risco médio Clientes com risco médio de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos pontuais de pagamentos.

Risco baixo Clientes com bons indicadores de mercado e/ou bom histórico de pagamentos.

Clientes AAA Clientes estratégicos e/ou de grande relevância, cuja atribuição desta classe de risco é aprovada em comitê de crédito.

Este risco é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia, conforme estabelecido na política de crédito e cobrança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses.

A tabela a seguir demonstra o principal e os juros em aberto, se aplicável, nas respectivas datas de vencimento. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida, no entanto, para os passivos de taxa flutuante, as despesas de juros foram calculadas com base nas curvas de mercado no fechamento dessas demonstrações financeiras.

Os montantes apresentados abaixo são os fluxos de caixa contratuais não descontados, ou seja, podem não conciliar com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado							
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.369	1.997	7.294	10.482	2.534	23.676
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	234	102	156	51		543
Arrendamentos		444	393	704	334	662	2.537
Risco sacado a pagar	19(b)	1.464					1.464
Fornecedores e outras contas a pagar		4.142					4.142
Dividendos a pagar	13(b)	696					696
Uso de bem público		57	58	198	420	853	1.586
Partes relacionadas		28	41				69
Benefícios pós-emprego		58	61	170	301	1.222	1.812
		8.492	2.652	8.522	11.588	5.271	36.525

Em 31 de dezembro de 2024							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.223	2.299	7.056	8.823	3.243	22.644
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	248	228	202	73		751
Arrendamentos		408	321	569	132	539	1.969
Risco sacado a pagar	19(b)	1.566					1.566
Fornecedores e outras contas a pagar		4.522					4.522
Dividendos a pagar	13(b)	215					215
Uso de bem público		55	59	200	424	1.016	1.754
Partes relacionadas		51	53				104
Benefícios pós-emprego		72	67	191	317	1.406	2.053
		<u>8.360</u>	<u>3.027</u>	<u>8.218</u>	<u>9.769</u>	<u>6.204</u>	<u>35.578</u>

Controladora							
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		824	1.073	4.378	5.292	4	11.571
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	188	82	109	34		413
Arrendamentos		83	48	74	14		219
Risco sacado a pagar	19(b)	227					227
Fornecedores e outras contas a pagar		1.472					1.472
Partes relacionadas		28	76				104
Dividendos a pagar	13(b)	695					695
		3.517	1.279	4.561	5.340	4	14.701

Em 31 de dezembro de 2024							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		606	1.402	4.292	3.554	161	10.015
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	199	180	145	51		575
Arrendamentos		104	75	82	10		271
Risco sacado a pagar	19(b)	245					245
Fornecedores e outras contas a pagar		1.651					1.651
Partes relacionadas		51	54				105
Dividendos a pagar	13(b)	213					213
		<u>3.069</u>	<u>1.711</u>	<u>4.519</u>	<u>3.615</u>	<u>161</u>	<u>13.075</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.6 Análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros, de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos, dos financiamentos, das partes relacionadas e dos instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, boliviano, lira turca e dólar canadense e peso uruguaio, bem como a flutuação das taxas de juros CDI, SOFR, IPCA e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Baseado nas curvas futuras de mercado e cotações que corresponde ao cenário mais provável com base na visão da Administração.

Cenário II - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Cenário III - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Consolidado															
					Impactos no resultado						Impactos no resultado abrangente				
					Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III		
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2025	Resultados do cenário I					Resultados do cenário I				
Fatores de risco							-25%	-50%	25%	50%		-25%	-50%	25%	50%
Câmbio															
USD	660	5.302	1.739	USD	-1,20%	2	269	537	(269)	(537)	33	688	1.376	(688)	(1.376)
EUR	59			EUR	-0,42%		(15)	(30)	15	30					
Taxas de juros															
BRL - CDI	2.661	4.599	3.552	BRL	-72,92bps	36	193	412	(173)	(330)					
BRL - IPCA	2	1.924	1.643	BRL	6bps	70	(12)	(14)	24	59					
USD - SOFR		2.075	825	USD	-27bps	10	(7)	(13)	7	13					
Cupom Dólar			1.739	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)					
TJLP		55		BRL	11bps		1	2	(1)	(2)					
TR		88		BRL	0bps			1		(1)					
EUR - EURIBOR		680		EUR	1bps		4	7	(4)	(7)					

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Controladora			
							Impactos no resultado			
							Cenário I		Cenários II & III	
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	25%	50%
Câmbio										
USD	3	1.282	1.739	USD	-1,20%	(5)	116	232	(116)	(232)
Taxas de juros										
BRL - CDI	1.513	4.599	2.878	BRL	-72,92bps	43	226	476	(208)	(401)
BRL - IPCA	2	1.239	1.026	BRL	6bps	47	(8)	(8)	15	38
USD - SOFR		839	825	USD	-27bps	6	(18)	(36)	18	36
Cupom Dólar			1.739	USD	-41bps	7	8	17	(8)	(17)
TR		88		BRL	0bps			1		(1)

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 8(b)), “Aplicações financeiras” (Nota 9(b)), “Partes relacionadas” (Nota 13(b)) e “Empréstimos, financiamentos e debêntures” (Nota 18(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

7 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em títulos patrimoniais (ações), que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial, e que a Companhia decidiu de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria.

(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variações cambiais, são reconhecidas no resultado na rubrica de "Resultado financeiro, líquido".

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

A exceção do *impairment* do “Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis” (Nota 10), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

Os montantes apresentados abaixo são os itens cujos valores pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos.

(e) Composição

Os montantes apresentados abaixo são os itens cujos valores pelo critério de valor justo e pelo custo amortizado são equivalentes, com exceção dos itens relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures e os instrumentos financeiros derivativos.

			Consolidado		Controladora	
	Nota	Nível de hierarquia	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Custo amortizado						
Contas a receber de clientes	10(b)		1.896	1.704	737	710
Securitização de recebíveis	10(e)		267	325		
Partes relacionadas	13(b)		25	25		
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	1	2.231	1.890	151	196
		2	2.382	2.181	428	609
Aplicações financeiras	9(b)	1	952	986	938	919
		2	26	151	8	10
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	2	627	875	473	720
Instrumentos financeiros - ações		2	116	103	111	103
Valor justo por meio do resultado abrangente						
Instrumentos financeiros - ações		3	143	144		
			8.665	8.384	2.846	3.267
Passivos						
Custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	18(b)	1	3.940	3.895	1.232	1.103
		2	11.684	10.304	6.193	5.401
Arrendamentos	17(c)		1.852	1.566	175	225
Risco sacado a pagar	19(b)		1.464	1.566	227	245
Fornecedores e outras contas a pagar			4.142	4.522	1.472	1.651
Salários e encargos sociais			745	720	270	259
Securitização de recebíveis	10(e)		157	157		
Partes relacionadas	13(b)		41	53	76	54
Uso de bem público	22(b)		586	639		
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	2	543	751	413	575
			25.154	24.173	10.058	9.513

(i) A Companhia revisou a classificação do empréstimo denominado “Bond 34”, contratado por sua controlada St. Marys no montante de R\$ 2.786 (31 de dezembro 2024 – R\$ 2.988). Como resultado dessa revisão, o Bond foi reclassificado do nível 1 para o nível 2 da hierarquia de valor justo, tanto no período corrente quanto no comparativo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa e equivalentes de caixa
(a) Práticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(b) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional				
Caixa e bancos	12	80	7	55
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	1.148	1.485	379	609
Operações compromissadas - Títulos públicos	549	143	190	79
Operações compromissadas - Títulos privados	80			
	1.789	1.708	576	743
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	1.731	1.667	3	62
Time deposits	1.093	696		
	2.824	2.363	3	62
	4.613	4.071	579	805

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local.

9 Aplicações financeiras
(a) Práticas contábeis

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante possuem liquidez imediata e são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento. As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante possuem liquidez imediata, no entanto existe a intenção da administração em manter os valores investidos por um período superior a 12 meses.

(b) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional				
Títulos públicos - governo brasileiro	937	986	938	919
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	24	104	6	8
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	15			
Operações compromissadas - Títulos privados		45		
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	2	2	2	2
	978	1.137	946	929
Circulante	938	1.137	938	929
Não circulante	40		8	
	978	1.137	946	929

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas a dívidas, garantias e incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2025, o montante consolidado destas aplicações era R\$ 26 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 27).

10 Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis**(a) Práticas contábeis****(i) Contas a receber de clientes**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzido da provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”).

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para calcular PECLD. Com base no perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica de acordo com seu nível de risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de inadimplência e outros dados prospectivos relevantes utilizando análises de risco para calcular a perda de crédito esperada.

A matriz apresenta diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber, aplicando-se todo o saldo de contas a receber de terceiros, incluindo montantes a vencer. Os recebíveis de partes relacionadas tanto na Controladora quanto no Consolidado não são incluídos nessa análise. Todos os recebíveis de terceiros vencidos há mais de 120 dias são integralmente provisionados e os recebíveis vencidos há mais de 365 dias passam por uma revisão trimestral a fim de avaliar a necessidade de baixa contábil.

(ii) Securitização de recebíveis

A controlada St. Marys possui uma operação de securitização rotativa de recebíveis (*revolving receivables securitization*) com instituições financeiras, para a cessão de recebíveis para uma entidade de propósito específico (*Special Purpose Entity* – SPE). A SPE foi estabelecida para esse fim e não é controlada pela Companhia. A aquisição inicial de recebíveis pela SPE foi financiada através de: (i) quotas sêniores; (ii) quotas sêniores subordinadas; (iii) quotas intermediárias subordinadas; e (iv) quotas juniores subordinadas.

A St. Marys detém a quota subordinada sênior, bem como as quotas juniores subordinadas. Dessa forma, a exposição máxima da Companhia à perda devido ao seu envolvimento contínuo nos ativos financeiros desconhecidos corresponde à sua participação nos certificados subordinados sênior e júnior.

A St. Marys vende recebíveis para a SPE diariamente de maneira rotativa. Quando a St. Marys transfere os recebíveis para a SPE, realiza a baixa de todo o recebível, em troca de caixa e títulos a receber da SPE. A SPE desconta do valor transferido a St. Marys o custo de aquisição dos recebíveis, que é registrado como despesa financeira pela Companhia (Nota 28(b)).

A St. Marys gerencia, através de prestação de serviços à SPE, os trabalhos de cobrança dos recebíveis incluídos nessa transação. Os honorários incorridos com o serviço de cobrança são registrados como receitas financeiras. Em 2025 e 2024, os ganhos e perdas da Companhia estão apresentadas nas rubricas de “Comissões sobre securitização”, “Reversão de garantia sobre operação de securitização”, “Provisão de garantia sobre operação de securitização” e “Encargos com securitização” (Nota 28(b)).

De acordo com os critérios do CPC 36 (R3) / IFRS 10 “Demonstrações consolidadas”, a SPE não é controlada pela Companhia, deste modo, não é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos transacionados com a SPE são apresentados como saldos com partes relacionadas (Nota 13(b)).

A Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis transferidos à SPE, contudo, retém o controle dos ativos transferidos, considerando que a SPE não tem a capacidade de vender os recebíveis. Os recebíveis são reconhecidos pela Companhia na extensão do envolvimento contínuo das mesmas e os passivos associados também são reconhecidos. A extensão do envolvimento contínuo das investidas é equivalente à sua exposição as mudanças no valor dos ativos transferidos. O valor contábil líquido dos ativos parcialmente transferidos e dos passivos associados reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve, os quais não são materialmente diferentes do seu valor justo, dado a natureza dos recebíveis.

A St. Marys reconhece parte dos ativos transferidos na extensão do seu envolvimento considerando:

- Seu contínuo envolvimento relacionado com a parcela de notas júnior e sênior, e
- Seu contínuo envolvimento relacionado com a garantia que representa a subordinação – a St. Marys detém a primeira exposição a perdas dentro da sua parcela de subordinação;

(b) Composição

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Cientes brasileiros		898	829	644	627
Cientes fora do Brasil		1.029	897		
Partes relacionadas	13(b)	21	22	115	99
		1.948	1.748	759	726
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	(52)	(44)	(22)	(16)
		1.896	1.704	737	710

(c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(44)	(67)	(16)	(19)
Adições	(46)	(36)	(23)	(19)
Reversões	8	14	3	3
Contas a receber de clientes baixados durante o período como incobrável	31	43	14	19
Reclassificação para ativos mantidos para venda		6		
Variações cambiais	(1)	(4)		
Saldo no final do exercício	(52)	(44)	(22)	(16)

(d) Composição por prazo de vencimento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	1.796	1.646	712	707
Vencidos até 3 meses	109	67	33	11
Vencidos entre 3 e 6 meses	14	4	5	
Vencidos há mais de 6 meses	29	31	9	8
	1.948	1.748	759	726

O risco de crédito do contas a receber de clientes a vencer, que não estão provisionados para perda, está apresentado na Nota 6.4.1.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos e passivos reconhecidos como securitização de recebíveis

O valor da linha de crédito é de USD 250 milhões (R\$ 1.548 milhões), incluindo todas as subsidiárias da St. Marys, com vencimento para março de 2027.

	Consolidado	
	2025	2024
Títulos a receber da SPE	240	289
Contribuição de capital na SPE	27	36
Securitização de recebíveis (Ativo)	267	325
Garantia contratual	(114)	(117)
Garantias das perdas das quotas júnior	(43)	(40)
Securitização de recebíveis (Passivo)	(157)	(157)
Valor contábil líquido (i)	110	168

(i) O valor justo dos ativos e passivos, que representam o envolvimento contínuo da entidade nos ativos financeiros baixados, não é materialmente diferente do valor contábil líquido desses ativos e passivos.

11 Estoques
(a) Práticas contábeis

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto.

A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, exceto por ajustes resultantes do processo de distribuição, que são contabilizados como “despesas de vendas”.

Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). O estoque obsoleto é baixado quando é vendido ou sucateado.

(b) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	345	287	70	71
Produtos semi-acabados	1.504	1.538	471	440
Matérias-primas	452	538	107	96
Combustíveis	659	811	238	262
Materiais auxiliares e de consumo	156	133	68	55
Materiais de manutenção	1.106	990	358	274
Importações em andamento	72	45	12	7
Outros	43	42	10	9
Provisão para perda de estoque (i)	(289)	(284)	(41)	(57)
	4.048	4.100	1.293	1.157

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

	Consolidado						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024	(19)	(34)	(24)	(24)	(174)	(5)	(280)
Adições	(7)	(18)	(13)	(21)	(39)	(2)	(100)
Reversões e baixas	3	9	4	17	74	3	110
Variações cambiais	(3)	(3)	(1)	(20)	10		(17)
Aquisição de subsidiárias				3			3
Em 31 de dezembro de 2024	(26)	(46)	(34)	(45)	(129)	(4)	(284)
Adições	(5)	(10)	(2)	(51)	(31)	(1)	(100)
Reversões e baixas	7	17	8	19	34	2	87
Variações cambiais				8			8
Em 31 de dezembro de 2025	(24)	(39)	(28)	(69)	(126)	(3)	(289)

	Controladora						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024	(1)	(15)	(1)	(5)	(45)	(1)	(68)
Adições	(4)	(3)	(8)	(8)	(30)	(1)	(54)
Reversões e baixas	2	2	3	8	49	1	65
Em 31 de dezembro de 2024	(3)	(16)	(6)	(5)	(26)	(1)	(57)
Adições	(4)	(7)		(5)	(17)		(33)
Reversões e baixas	5	8	6	9	20	1	49
Em 31 de dezembro de 2025	(2)	(15)		(1)	(23)		(41)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Tributos a recuperar
(a) Práticas contábeis

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

A Companhia revisa anualmente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável. Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários.

(b) Composição

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	146	126	60	49
ICMS sobre ativo imobilizado	80	54	70	47
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	50	22	23	13
Programa de Integração Social - PIS	32	28	13	11
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	23	21	17	16
Créditos previdenciários	15	29	13	26
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA	9	7		
Outros	61	78	24	18
	<u>416</u>	<u>365</u>	<u>220</u>	<u>180</u>
Circulante	188	146	100	68
Não circulante	228	219	120	112
	<u>416</u>	<u>365</u>	<u>220</u>	<u>180</u>

13 Partes relacionadas
(a) Práticas contábeis

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas e entidades sobre controle comum), relativos à compra e venda de produtos e serviços, comercialização de energia, empréstimos, aplicações financeiras, instrumentos financeiros, securitização de recebíveis e arrendamento de bens e transferência de créditos de ICMS entre empresas do grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Saldos patrimoniais e de resultado

									Consolidado
	Controladora		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025 2024
Ativo									
Circulante									
Aplicações financeiras							267	268	267 268
Contas a receber de clientes (i) (Nota 10(b))			12	18			9	4	21 22
Securitização de recebíveis (Nota 10(e))							267	325	267 325
			12	18			543	597	555 615
Não circulante									
Demais ativos	3	3	22	22			40	38	65 63
	3	3	34	40			583	635	620 678
Passivo									
Circulante									
Instrumentos financeiros derivativos							2	1	2 1
Arrendamentos	7	10							7 10
Fornecedores (ii)	16	10	5	11	5	2	61	54	87 77
Dividendos a pagar (iii)	695	213					1	2	696 215
Securitização de recebíveis (Nota 10(e))							157	157	157 157
Demais passivos (iv)	6	5					22	46	28 51
	724	238	5	11	5	2	243	260	977 511
Não circulante									
Instrumentos financeiros derivativos							1	3	1 3
Arrendamentos	13	9							13 9
Demais passivos	39	34					2	19	41 53
	52	43					3	22	55 65
	776	281	5	11	5	2	246	282	1.032 576
Resultado									
Vendas (i) (v)			146	615			98	24	244 639
Compras (ii)	(87)	(102)	(11)	(80)	(52)	(58)	(782)	(803)	(932) (1.043)
Resultado financeiro	(2)	(2)	1				(31)	(99)	(32) (101)
	(89)	(104)	136	535	(52)	(58)	(715)	(878)	(720) (505)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora											
	Controladora		Controladas		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo												
Circulante												
Contas a receber de clientes (i) (Nota 10(b))			78	82	32	16			5	1	115	99
			78	82	32	16			5	1	115	99
Não circulante												
Demais ativos									40	38	40	38
			78	82	32	16			45	39	155	137
Passivo												
Circulante												
Arrendamentos	5	8									5	8
Fornecedores (ii)	13	4	60	69	18		5	3	22	53	118	129
Dividendos a pagar (iii)	695	213									695	213
Demais passivos (iv)	6	5							22	46	28	51
	719	230	60	69	18		5	3	44	99	846	401
Não circulante												
Arrendamentos	9	9									9	9
Demais passivos (iv)	39	33	35	2					2	19	76	54
	48	42	35	2					2	19	85	63
	767	272	95	71	18		5	3	46	118	931	464
Resultado												
Vendas (i) (v)			95	104		347			31	7	126	458
Compras (ii)	(71)	(85)	(1.199)	(1.221)	(38)		(52)	(58)	(466)	(559)	(1.826)	(1.923)
Resultado financeiro	(2)	(2)	14	11					1		13	9
	(73)	(87)	(1.090)	(1.106)	(38)	347	(52)	(58)	(434)	(552)	(1.687)	(1.456)

(i) Os saldos de contas a receber de clientes referem-se a operações de vendas de cimento e outros insumos para controladas e coligadas.

(ii) Os saldos de fornecedores e compras incluem principalmente: (a) operações de compra de energia, (b) aquisição de serviços administrativos, recursos humanos, contabilidade, impostos assistência técnica e tecnologia da informação e (c) prestação de serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral.

(iii) Dividendos mínimos obrigatórios conforme descrito na Nota 24(c)(ii).

(iv) Referem-se às operações de compra de participação societária em parques eólicos e operações de compra de crédito de ICMS.

(v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliou a contabilização do investimento na Supermix Concreto S.A. e entidades relacionadas, passando a mensurar o investimento como ativo financeiro avaliado ao valor justo por meio do de outros resultados abrangentes e não mais como coligada. Essa reavaliação contábil levou em consideração os termos vigentes no novo acordo de acionistas celebrado em 2024. Como consequência, as receitas de vendas para essas entidades deixaram de ser apresentadas como transações com coligadas para fins dessa nota explicativa, o investimento como ativo financeiro passou a ser apresentado como ativo não circulante com outras partes relacionadas e a mensuração a valor justo do investimento está inclusa como resultado financeiro com outras partes relacionadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias de dívida da Companhia garantida por partes relacionadas

Modalidade	Garantidor	2025	2024
Eurobonds - USD (Voto 41)	VSA (100%) / VCSA (100%)	1.840	2.074

(d) Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Companhia, incluindo o Conselho da Administração ("CA"), Diretoria Estatutária e comitês de assessoramento ao CA, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Remuneração de curto prazo		
Salário ou pró-labore	15	15
Benefícios de curto prazo aos administradores	4	3
Remuneração variável	7	7
	26	25
Remuneração de longo prazo		
Incentivos de longo prazo	6	10
	32	35

A remuneração de curto prazo inclui: remuneração fixa (salários, pró-labores, férias e 13º salários), benefícios de curto prazo (assistência médica, vale-refeição, seguro de vida, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)), benefício pós-emprego (plano de pensão) e programa de remuneração variável (incluindo encargos sociais).

A remuneração de longo prazo inclui o plano de incentivos de longo prazo concedidos para a Diretoria Estatutária.

14 Investimentos**(a) Práticas contábeis**

As práticas contábeis para investimentos estão descritas na Nota 5.4.3 e 5.4.4.

(b) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As principais empresas estão listadas na Nota 5.4.9.

(c) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2025			Resultado de equivalência patrimonial		Consolidado	
				Saldo			
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.							
Cementos Avellaneda S.A.	1.565	66	49,00	32	72	767	1.017
Cementos Especiales de las Islas S.A.	280	65	50,00	33	25	140	134
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A. (i)			25,00		37		
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)			25,00		2		
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	155	36	25,00	9	10	27	26
Midway Group, LLC	66	6	50,00	3	10	33	43
RMC Leasing LLC	1	(5)	50,00	(3)	3	1	15
Grundy-River Holdings LLC	104	14	50,00	7	15	50	50
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	(4)	(6)	44,98	(3)	(18)	(2)	(3)
Outros investimentos				3	1	82	93
				81	157	1.098	1.375
Ágios por expectativa de rentabilidade futura							
Cementos Avellaneda S.A.						306	372
Hutton Transport Limited						12	13
Grundy-River Holdings LLC						2	3
				81	157	1.418	1.763

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reavaliou a contabilização do investimento na Supermix Concreto S.A. e entidades relacionadas, passando a mensurar o investimento como ativo financeiro avaliado ao valor justo por meio do de outros resultados abrangentes. Essa reavaliação contábil levou em consideração os termos vigentes no novo acordo de acionistas celebrado em 2024. O valor do investimento na Supermix e entidades relacionadas foi reclassificado para a rubrica de "Instrumentos financeiros - ações" no ativo não circulante do balanço patrimonial, com o método de equivalência patrimonial descontinuado a partir de dezembro de 2024.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Informações em 31 de dezembro de 2025			Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
						Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)				
				2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas e coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.	13.998	2.177	100,00	2.177	1.360	13.998	15.504
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	2.537	481	100,00	481	399	2.537	2.562
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	146	10	100,00	10	39	146	144
Motz Transportes Ltda.	257	78	100,00	78	68	257	199
Outros investimentos	49	42		16	16	26	17
Joint venture							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	(4)	(6)	44,98	(3)	(18)	(2)	(3)
Investimentos avaliados ao custo						7	5
				2.759	1.864	16.969	18.428

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Informações sobre as empresas investidas

A Companhia apresenta no quadro abaixo, as informações financeiras das principais coligadas e controladas em conjunto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2025														
	Consolidado													
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Outros resultados abrangentes
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial														
Votorantim Cimentos International S.A.														
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	617	2.148	558	642	1.565	1.867	(1.351)	(267)		(174)	(9)	66	346
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	225	133	67	11	280	494	(419)		1	2	(13)	65	
Joint ventures - St. Marys														
Hutton Transport Limited	25,00	41	140	10	16	155	139	(99)	(4)				36	
Midway Group, LLC	50,00	49	37	20		66	174	(167)	(1)				6	
RMC Leasing LLC	50,00	1				1		(1)	(4)				(5)	
Grundy-River Holdings LLC	50,00	74	39		9	104	189	(164)	(11)				14	
Joint venture - VCSA														
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,98	59	2	64	1	(4)	112	(23)	(98)		3		(6)	
2024														
	Consolidado													
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Outros resultados abrangentes
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial														
Votorantim Cimentos International S.A.														
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	766	2.719	708	701	2.076	2.509	(1.793)	(382)		(60)	(127)	147	292
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	195	138	52	11	270	459	(421)	24	1	(2)	(10)	51	
Joint ventures - St. Marys														
Hutton Transport Limited	25,00	44	78	8	10	104	151	(105)	(5)				41	
Midway Group, LLC	50,00	44	52	11		85	207	(186)	(1)				20	
RMC Leasing LLC	50,00	10	20			30		(4)	9				5	
Grundy-River Holdings LLC	50,00	56	62	17	1	100	214	(176)	(9)				29	
Joint venture - VCSA														
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	56	4	67		(7)	124	(30)	(132)	(5)	4		(39)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025														
	Controladora														
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Outros resultados abrangentes
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial															
Controladas e coligadas															
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	785	15.019	42	1.808	(44)	13.998			(460)	2.769	(122)	(10)	2.177	20
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.833	3.587	935	1.948		2.537	3.750	(3.229)	3	39	5	(87)	481	(1)
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	10	151	7	8		146			12		(2)		10	(26)
Motz Transportes Ltda.	100,00	279	51	70	3		257	1.998	(1.814)	(79)		10	(37)	78	
Joint venture															
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,98	59	2	64	1		(4)	112	(23)	(98)		3		(6)	
	2024														
	Controladora														
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Outros resultados abrangentes
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial															
Controladas e coligadas															
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	1.181	16.345	41	2.039	(58)	15.504			(13)	1.459	(86)		1.360	(191)
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.838	3.600	837	2.039		2.562	3.369	(2.774)	(40)	9	(88)	(77)	399	
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	5	153		14		144			(1)	39	1		39	(23)
Motz Transportes Ltda.	100,00	213	36	48	2		199	1.510	(1.360)	(58)		8	(32)	68	
Joint venture															
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	56	4	67			(7)	124	(30)	(132)	(5)	4		(39)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Movimentação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do período		1.763	1.041	18.428	15.161
Equivalência patrimonial		81	157	2.759	1.864
Dividendos deliberados (iii)		(167)	(151)	(356)	(270)
Distribuição de <i>share premium</i> (i)				(2.944)	(1.732)
Realização de outros resultados abrangentes (ii)				228	
Variações cambiais de operações localizadas no exterior e ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	24(d)	(231)	843	(1.084)	3.555
Hedge dos investimentos líquidos	24(d)			102	(178)
Redução de capital - Votorantim Cimentos N/NE S.A.				(200)	
Redução de capital - RMC Leasing			(10)		
Aumento de capital - Juntos Somos Mais		4	20	4	20
Aumento de capital social - Silcar				11	
Reclassificação para instrumentos financeiros - ações	14(c)(i)		(145)		
Outros		(32)	8	21	8
Saldo no final do período		1.418	1.763	16.969	18.428

(i) Durante o exercício, houve o recebimento de *share premium* (retorno de capital) no montante de USD 532 milhões (R\$ 2.944) da controlada VCI.

(ii) Refere-se à baixa do resultado abrangente das operações descontinuadas.

(iii) Os dividendos deliberados estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Moeda	Valor em reais	Percentual de participação (%)	Valor atribuído a Companhia
Consolidado					
Cementos Avellaneda S.A.	51.018	ARS	221	49,00	108
Cementos Especiales de las Islas S.A.	10	EUR	63	50,00	31
Midway Group LLC.	3	USD	16	50,00	8
Grundy-River Holdings LLC	1	USD	5	50,00	3
Hutton Transport Limited	5	USD	25	25,00	6
RMC Leasing	4	USD	21	50,00	11
					167
Controladora					
Motz Transportes Ltda	20	BRL	20	100,00	20
Pinheiro Machado Participações S.A.	39	BRL	39	50,00	16
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	305	BRL	305	100,00	305
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	15	BRL	15	100,00	15
					356

(f) Opções de compra e de venda

Em abril de 2021, a controlada St. Marys concluiu a aquisição do capital social emitido da McInnis Cement Inc. ("McInnis"), tornando a parte vendedora acionista não controlador da St. Marys, com participação de 17%. Como parte da operação, a Companhia emitiu uma opção de venda em favor do acionista não controlador, conferindo-lhe o direito de exigir que a Companhia recompre a totalidade de suas ações a preço de mercado.

Essa recompra somente pode ser exigida em condições específicas, caso determinados eventos não ocorram dentro de oito anos após a aquisição. Se qualquer desses eventos ocorrer no período, o direito associado à opção de venda será automaticamente extinto. A Administração avaliou os eventos e concluiu que a Companhia tem controle sobre alguns deles, podendo evitar a obrigação; portanto, nenhum passivo financeiro foi reconhecido.

Além disso, foi emitida uma opção de compra em favor da Companhia, conferindo-lhe o direito de adquirir todas as ações do acionista não controlador, caso este não exerça sua opção de venda. Esta opção pode ser exercida a preço de mercado ou superior. Considerando que a Administração concluiu que a opção de venda se extinguiria antes da data de exercício e que a opção de compra poderá ser exercida a preço de mercado ou superior, não há impactos contábeis decorrentes desta opção.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração continuará reavaliando sua posição a cada período de emissão das demonstrações financeiras, para garantir o tratamento contábil adequado das opções.

15 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção das terras e terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" (Nota 27).

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.5.2(a).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

	Consolidado								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Custo	1.523	7.344	27.212	1.854	210	2.618	762	90	41.613
Depreciação acumulada	(88)	(3.777)	(17.243)	(1.279)	(182)		(501)	(61)	(23.131)
Em 1º de janeiro de 2024	1.435	3.567	9.969	575	28	2.618	261	29	18.482
Adições	1	7	22	3	3	2.842		2	2.880
Baixas	(24)	(1)	(40)						(65)
Depreciação	(8)	(155)	(1.130)	(156)	(10)		(44)		(1.503)
Variações cambiais	197	567	1.278	121	6	220	35		2.424
Aquisição de subsidiária	2	3	1	2					8
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(52)	(78)	(519)	(2)		(97)			(748)
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>			(13)						(13)
Transferências	78	227	1.794	231	11	(2.376)	35		
Em 31 de dezembro de 2024	1.629	4.137	11.362	774	38	3.207	287	31	21.465
Custo	1.725	8.757	30.493	2.479	249	3.207	910	92	47.912
Depreciação acumulada	(96)	(4.620)	(19.131)	(1.705)	(211)		(623)	(61)	(26.447)
Em 31 de dezembro de 2024	1.629	4.137	11.362	774	38	3.207	287	31	21.465
Adições	26	10	31	2	9	3.227		2	3.307
Baixas	(17)	(4)	(32)	(3)		(4)			(60)
Depreciação (i)	(12)	(162)	(1.487)	(171)	(14)		(35)		(1.881)
Variações cambiais	(48)	(201)	(409)	(66)		(165)	(28)	(1)	(918)
Aquisição de subsidiária (ii)	38	21	21	66					146
Transferências	24	277	2.087	286	11	(2.744)	59		
Em 31 de dezembro de 2025	1.640	4.078	11.573	888	44	3.521	283	32	22.059
Custo	1.746	8.551	31.149	2.604	260	3.521	884	94	48.809
Depreciação acumulada	(106)	(4.473)	(19.576)	(1.716)	(216)		(601)	(62)	(26.750)
Em 31 de dezembro de 2025	1.640	4.078	11.573	888	44	3.521	283	32	22.059
Taxas médias anuais de depreciação em 2024 - %	5	3	6	15	12		12		
Taxas médias anuais de depreciação em 2025 - %	5	3	6	14	12		10		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Custo	389	1.414	7.469	334	51	955	40	10.652
Depreciação acumulada	(63)	(686)	(4.259)	(247)	(49)		(2)	(5.306)
Em 1º de janeiro de 2024	326	728	3.210	87	2	955	38	5.346
Adições			5			1.200		1.205
Baixas		(1)	(10)				(1)	(12)
Depreciação	(5)	(28)	(324)	(30)	(2)		(10)	(399)
Reclassificação de ativos mantidos para venda	2							2
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>			(4)					(4)
Transferências	31	138	761	47	3	(1.004)	24	
Em 31 de dezembro de 2024	354	837	3.638	104	3	1.151	51	6.138
Custo	422	1.545	8.155	366	52	1.151	63	11.754
Depreciação acumulada	(68)	(708)	(4.517)	(262)	(49)		(12)	(5.616)
Em 31 de dezembro de 2024	354	837	3.638	104	3	1.151	51	6.138
Adições						1.492		1.492
Baixas			(7)					(7)
Depreciação (i)	(8)	(35)	(532)	(25)	(2)		(1)	(603)
Transferências	15	111	867	99	2	(1.114)	20	
Em 31 de dezembro de 2025	361	913	3.966	178	3	1.529	70	7.020
Custo	435	1.654	8.982	453	53	1.529	86	13.192
Depreciação acumulada	(74)	(741)	(5.016)	(275)	(50)		(16)	(6.172)
Em 31 de dezembro de 2025	361	913	3.966	178	3	1.529	70	7.020
Taxas médias anuais de depreciação em 2024 - %	5	2	5	20	10		18	
Taxas médias anuais de depreciação em 2025 - %	5	2	5	12	10		2	

(i) No primeiro trimestre de 2025, a Companhia concluiu a revisão da vida útil anual de seus ativos imobilizados, principalmente relacionados a Máquinas, equipamentos e instalações, reconhecidos como mudança de estimativa contábil no período apresentado.

(ii) Refere-se à aquisição de negócio de concreto nos EUA pela controlada indireta VCNA Prairie LLC, conforme mencionado Nota 30(b).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Obras em andamento

A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia e suas subsidiárias que ainda não entraram em operação ao final do exercício, representados principalmente por aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à continuidade da operação das fábricas e minas (*sustaining*), investimentos em projetos de modernização industrial e expansão da capacidade produtiva, como também novas tecnologias relacionadas com metas de descarbonização.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos são compostos pelas seguintes categorias:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<i>Sustaining</i>	1.380	1.294	393	347
Modernização industrial	1.007	1.036	437	380
Meio ambiente e segurança	259	331	138	139
Expansão	832	450	553	223
Outros	43	96	8	62
	<u>3.521</u>	<u>3.207</u>	<u>1.529</u>	<u>1.151</u>

Os saldos de obras em andamento são representados por projetos pulverizados entre as fábricas, minas e regiões de atuação da Companhia. Entre os principais projetos em construção nos exercícios apresentados, destaca-se o projeto de modernização da fábrica de cimento em Salto de Pirapora - São Paulo, incluído na linha de "Modernização industrial". Adicionalmente, há em andamento projetos de novos moinhos de cimento em Salto de Pirapora e Edealina, com objetivo de aumentar a produção.

Os custos de empréstimos capitalizados em obras em andamento totalizaram R\$ 58 no Consolidado (31 de dezembro de 2024 - R\$ 40) e R\$ 55 na Controladora (31 de dezembro de 2024 - R\$ 36). A taxa de capitalização foi de 11,78% a.a. (31 de dezembro de 2024 - 9,29% a.a.).

16 Intangível
(a) Práticas contábeis
(i) Direitos de exploração sobre recursos naturais e remoção de estéril

Os direitos sobre os recursos naturais são capitalizados quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada. Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção.

Adicionalmente, nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis. Durante a fase de produção, custos de remoção para acessar novas reservas minerais ou melhorar o acesso são capitalizados como ativos intangíveis. Em outras situações esses custos são reconhecidos como parte do estoque. Os custos acumulados no ativo intangível são amortizados conforme laudo técnico com base na reserva liberada.

(ii) Ágio

Os ágios decorrentes de aquisições de negócios, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais. O ágio de coligadas e controladas em conjunto é registrado como "Investimento". A recuperabilidade do ágio é testada anualmente para verificação de perdas por valor recuperável (*impairment*). O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.5.2(a).

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

(iii) Uso de bem público e repactuação do risco hidrológico

Uso de bem público referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. Os ativos reconhecidos como uso de bem público são designados apenas para uso próprio e não para o uso público ou venda de serviços para terceiros.

O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (ativo de direito de uso de bem público).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). O passivo financeiro aumenta para refletir os juros dos ajustes a valor presente e reduz com os pagamentos realizados.

A repactuação do risco hidrológico refere-se a extensão do período de concessão reconhecida decorrente da Lei nº 14.052/2020. O montante foi reconhecido como parte do ativo de direito de uso de bem público e é amortizado pelo mesmo método e prazo remanescente da concessão.

(iv) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – "ARO")

A Companhia possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes as contrapartidas passivas do ARO estão apresentadas na Nota 21(a)(ii).

O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito mineral. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência.

(vi) Softwares

Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação

Consolidado								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais e remoção de estéril	Ágios	Uso de bem público e repactuação do risco hidrológico (Nota 22(b))	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento	Outros
								Total
Custo	3.999	4.609	256	546	622	613	159	46
Amortização e exaustão acumulada	(1.449)		(119)	(279)	(422)	(488)		(23)
Em 1º de janeiro de 2024	2.550	4.609	137	267	200	125	159	23
Adições	16			2		43	394	
Amortização e exaustão	(301)		(7)	(42)	(20)	(68)		(1)
Variações cambiais	437	1.059		27	48	21	36	5
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(27)	(427)				(3)		
Aquisição de subsidiária		1			4			
Reversão da perda do valor recuperável - impairment	3							
Revisão de provisão por mudança da estimativa				74				
Transferências	322					106	(428)	
Em 31 de dezembro de 2024	3.000	5.242	130	328	232	224	161	27
Custo	4.929	5.242	256	696	784	839	161	67
Amortização e exaustão acumulada	(1.929)		(126)	(368)	(552)	(615)		(40)
Em 31 de dezembro de 2024	3.000	5.242	130	328	232	224	161	27
Adições				12		25	411	
Amortização e exaustão	(355)		(7)	(55)	(20)	(90)		(1)
Variações cambiais	(178)	(354)		(8)	(22)	(2)	23	2
Aquisição de subsidiária (i)	43	3			3			
Transferências	340					91	(431)	
Em 31 de dezembro de 2025	2.850	4.891	123	277	193	248	164	28
Custo	5.061	4.891	256	676	704	930	164	68
Amortização e exaustão acumulada	(2.211)		(133)	(399)	(511)	(682)		(40)
Em 31 de dezembro de 2025	2.850	4.891	123	277	193	248	164	28
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2024 - %	4		3	5	7	22		19
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2025 - %	4		1	9	7	22		20

(i) Refere-se à aquisição de negócio de concreto nos EUA pela controlada indireta VCNA Prairie LLC, conforme mencionado Nota 30(b).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO e termos de compromisso	Softwares	Intangível em andamento	Totais
Custo	1.134	76	155	307	96	1.771
Amortização e exaustão acumulada	(648)		(54)	(247)		(949)
Em 1º de janeiro de 2024	486	76	101	60	96	822
Adições	3		1		289	293
Amortização e exaustão	(168)		(12)	(25)		(205)
Revisão de provisão por mudança da estimativa			25			25
Transferências	275			32	(307)	
Em 31 de dezembro de 2024	596	76	115	67	78	935
Custo	1.411	76	181	339	78	2.088
Amortização e exaustão acumulada	(815)		(66)	(272)		(1.153)
Em 31 de dezembro de 2024	596	76	115	67	78	935
Adições					315	315
Amortização e exaustão	(265)		(10)	(34)		(309)
Revisão de provisão por mudança da estimativa			(53)			(53)
Transferências	290			57	(347)	
Em 31 de dezembro de 2025	621	76	52	90	46	888
Custo	1.702	76	128	394	46	2.349
Amortização e exaustão acumulada	(1.081)		(76)	(304)		(1.461)
Em 31 de dezembro de 2025	621	76	52	90	46	888
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2024 - %	3		3	20		
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2025 - %	2		3	20		

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ágios por expectativa de rentabilidade futura

No quadro abaixo, estão demonstrados os ágios registrados na rubrica de "Intangível" conforme estes são alocados para fins de testes de *impairment* às UGCs e por nível de segmento operacional:

	Consolidado	
	2025	2024
América do Norte	3.178	3.562
Europa e Ásia	1.559	1.526
América Latina		
Uruguai	14	14
Brasil		
Concreto	76	76
Regional Nordeste	64	64
	4.891	5.242

17 Direito de uso em arrendamento
(a) Práticas contábeis

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados ajustado a valor presente, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear no resultado ao longo do período do contrato. O montante dessas despesas reconhecido no resultado foi apresentado na Nota 26 (b).

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso em arrendamento

							Consolidado
	Terras e terrenos	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Embarcações	Equipamentos de informática	Total
Custo	534	199	371	221	794	1	2.120
Amortização acumulada	(107)	(138)	(272)	(175)	(455)		(1.147)
Em 1º de janeiro de 2024	427	61	99	46	339	1	973
Adições	42	107	288	74	279	1	791
Baixas	(2)	(2)	(30)	(7)			(41)
Amortização	(35)	(53)	(127)	(44)	(160)	(1)	(420)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4)		(4)	(5)			(13)
Variações cambiais	110	5	15	10	95		235
Em 31 de dezembro de 2024	538	118	241	74	553	1	1.525
Custo	716	309	640	293	1.168	2	3.128
Amortização acumulada	(178)	(191)	(399)	(219)	(615)	(1)	(1.603)
Em 31 de dezembro de 2024	538	118	241	74	553	1	1.525
Adições (i)	63	117	160	56	523	2	921
Baixas	(2)	(2)	(81)	(7)			(92)
Amortização	(37)	(60)	(99)	(45)	(206)	(1)	(448)
Variações cambiais	(63)		7	(4)	(45)	1	(104)
Em 31 de dezembro de 2025	499	173	228	74	825	3	1.802
Custo	714	424	726	338	1.646	5	3.853
Amortização acumulada	(215)	(251)	(498)	(264)	(821)	(2)	(2.051)
Em 31 de dezembro de 2025	499	173	228	74	825	3	1.802
Taxas médias anuais de amortização em 2024 - %	16	23	29	26	9	33	
Taxas médias anuais de amortização em 2025 - %	22	18	30	33	10	33	

(i) Durante o exercício, a Companhia concluiu a renovação de contratos de “Embarcações” nas subsidiárias St. Marys e VCEA, relacionados a operações de frete e suporte operacional para os mercados dessas regiões (América do Norte e Europa).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo	151	130	9	290
Amortização acumulada	(106)	(80)	(7)	(193)
Em 1º de janeiro de 2024	45	50	2	97
Adições	58	137	41	236
Baixas		(28)		(28)
Amortização	(36)	(46)	(15)	(97)
Em 31 de dezembro de 2024	67	113	28	208
Custo	209	239	50	498
Amortização acumulada	(142)	(126)	(22)	(290)
Em 31 de dezembro de 2024	67	113	28	208
Adições	55	23	10	88
Baixas		(47)	(2)	(49)
Amortização	(37)	(34)	(16)	(87)
Em 31 de dezembro de 2025	85	55	20	160
Custo	264	215	58	537
Amortização acumulada	(179)	(160)	(38)	(377)
Em 31 de dezembro de 2025	85	55	20	160
Taxas médias anuais de amortização em 2024 - %	15	24	27	
Taxas médias anuais de amortização em 2025 - %	21	29	32	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição e movimentação passivo de arrendamento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.566	1.012	225	96
Adições	921	791	88	236
Reclassificação para ativos mantidos para venda		(8)		
Baixas	(96)	(37)	(53)	(25)
Liquidações	(527)	(537)	(107)	(120)
Ajuste a valor presente	105	108	22	38
Variações cambiais	(117)	237		
Saldo no final do exercício	1.852	1.566	175	225
Circulante	311	334	40	76
Não circulante	1.541	1.232	135	149
	1.852	1.566	175	225

(d) Prazo e taxa média de desconto

Prazos	Consolidado
2 anos	13,00%
4 anos	14,63%
6 anos	14,91%
8 anos	11,62%
Acima 8 anos	12,36%

(e) Outras divulgações

Para atender à orientação da CVM, prevista no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta os impactos na mensuração do passivo de arrendamento, direito de uso em arrendamento, despesa financeira e despesa com amortização, considerando os fluxos estimados de pagamentos corrigidos pela inflação média de 4,2% para Controladora e subsidiárias no Brasil e 2,7% para subsidiárias sediadas fora do Brasil.

	Consolidado	
	2025	2024
Passivo de arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	432	445
Fluxo com projeção inflação	444	458
Variação	2,78%	3,04%
Direito de uso em arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	1.802	1.525
Fluxo com projeção inflação	1.854	1.569
Variação	2,89%	2,87%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS16/CPC 06	105	100
Fluxo com projeção inflação	108	103
Variação	2,86%	3,58%
Despesa de amortização		
Contábil - IFRS16/CPC 06	448	420
Fluxo com projeção inflação	462	433
Variação	3,13%	3,17%

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures**(a) Práticas contábeis****(i) Mensuração ao custo amortizado**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

(ii) Mensuração ao valor justo por meio do resultado

A Companhia possui empréstimos com instrumentos financeiros derivativos contratados como parte da estratégia de gerenciamento de riscos, com o objetivo de proteger contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Os termos e as condições desses empréstimos e derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida flutuante em CDI e em Reais ou proteção de variação cambial e juros. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado e derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado do exercício.

O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito próprio é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito próprio no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito próprio permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício.

Como parte da estratégia de gerenciamento de riscos, a Companhia designou determinados empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de valor justo (*fair value hedge*). Detalhes sobre os instrumentos financeiros e dívidas designados ao *hedge accounting* a valor justo estão apresentados na Nota 6.3.3(c).

(iii) Capitalização de custos de empréstimos

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demande um período substancial (usualmente 12 meses) para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos de empréstimos consistem nos juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo dos fundos. Demais custos de empréstimos, incluindo mudança de taxas, são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e valor justo

		Consolidado				Controladora			
		Valor contábil		Valor justo (ii)		Valor contábil		Valor justo (ii)	
Modalidade	Encargos anuais médios	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional									
Debêntures	CDI + 0,90%	4.586	3.624	4.850	3.674	4.586	3.625	4.850	3.674
Debêntures CRI	IPCA + 4,79% / 11,51% Pré BRL	1.983	1.873	1.867	1.671	1.309	1.236	1.232	1.103
Agência de Fomento	IPCA + 1,54% / 4,03% TR	134	109	102	118	87	51	60	59
Outros		55	32	55	31				
		6.758	5.638	6.874	5.494	5.982	4.912	6.142	4.836
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,35% Pré USD	4.587	5.161	4.921	5.212				
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	3,32% Pré USD	443	808	436	767	443	808	436	767
	5,14% Pré BOB / 6,75 Pré USD / 10,45% Pré UYU EURIBOR + 0,99% / 3,07% Pré EUR 0,94%								
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	CORRA / 1,20 SOFR	2.452	1.542	2.408	1.479				
Título de dívida - BOB	5,55% Pré BOB	152	427	136	343				
Agência de fomento e/ou multilaterais	SOFR TERM+ 1,40%	832	927	847	901	831	927	847	901
Outros		1	3	2	3				
		8.467	8.868	8.750	8.705	1.274	1.735	1.283	1.668
		15.225	14.506	15.624	14.199	7.256	6.647	7.425	6.504
Passivo circulante		377	347			195	110		
Passivo não circulante		14.848	14.159			7.061	6.537		
		15.225	14.506			7.256	6.647		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		218	196			138	117		
Parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures (principal)		158	151			57	(7)		
		376	347			195	110		

CDI – Certificado de Depósito Interbancário
CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo
SOFR – Secured Overnight Financing Rate
EURIBOR – Euro Interbank Offered Rate
BRL – Reais

BOB – Boliviano
UYU – Pesos uruguaios
EUR – Euro
USD – Dólar estadunidense
CORRA – Canadian Overnight Repo Rate Average
TR – Taxa referencial

- (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em SOFR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real.
- (ii) O valor justo dos títulos de dívida é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos, financiamentos e debêntures, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de cada obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perfil de vencimento

Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na Nota 18(b), considerando que não estão contemplados os custos de captação, ajuste de valor justo e ajustes de risco de crédito.

								Consolidado
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	A partir de 2032	Total
Moeda nacional								
Debêntures	119		250	630	500	1.100	2.000	4.599
Debêntures CRI	12	248	248	248		176	1.206	2.138
Agência de fomento (i)	14	18	18	22	14	11	38	135
Outros	22	24	20					66
	167	290	536	900	514	1.287	3.244	6.938
% amortizado por ano	2,41%	4,18%	7,73%	12,97%	7,41%	18,55%	46,75%	100,00%
Moeda estrangeira								
Eurobonds - USD	70						4.560	4.630
Título de dívida - BOB	32	56	64					152
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962	3	88	352					443
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	54	319	57	63	1.293	612	62	2.460
Agência de fomento e/ou multilaterais	77	110	110	110	110	110	220	847
Outros	1							1
	237	573	583	173	1.403	722	4.842	8.533
% amortizado por ano	2,78%	6,72%	6,83%	2,03%	16,44%	8,46%	56,74%	100,00%
Total	404	863	1.119	1.073	1.917	2.009	8.086	15.471
% amortizado por ano	2,61%	5,58%	7,23%	6,94%	12,39%	12,99%	52,26%	100,00%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	A partir de 2032	Total
Moeda nacional								
Debêntures	119		250	630	500	1.100	2.000	4.599
Debêntures CRI	8	163	163	163		116	796	1.409
Agência de fomento (i)	3	7	8	11	11	11	38	89
	130	170	421	804	511	1.227	2.834	6.097
% amortizado por ano	2,13%	2,79%	6,91%	13,19%	8,38%	20,12%	46,48%	100,00%
Moeda estrangeira								
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962	3	88	352					443
Agência de fomento e/ou multilaterais	77	110	110	110	110	110	220	847
	80	198	462	110	110	110	220	1.290
% amortizado por ano	6,20%	15,35%	35,81%	8,53%	8,53%	8,53%	17,05%	100,00%
Total	210	368	883	914	621	1.337	3.054	7.387
% amortizado por ano	2,84%	4,98%	11,95%	12,37%	8,41%	18,10%	41,35%	100,00%

(i) Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB").

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		14.506	12.147	6.647	5.830
Captações (i)		6.128	5.608	2.036	1.151
Captações - operações descontinuadas		106			
Variações cambiais		(1.026)	2.135	(185)	492
Correção monetária	28(b)	84	87	56	57
Provisão de juros	28(b)	1.215	988	742	510
Juros pagos		(1.180)	(963)	(716)	(472)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		12	(13)	3	2
Ajuste a valor justo	28(b)	42	(148)	27	(95)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo			10		6
Liquidações (i)		(4.555)	(5.348)	(1.354)	(834)
Liquidações - operações descontinuadas		(33)			
Reclassificação para passivos relacionados a ativos mantidos para venda		(73)			
Ganho (perda) na renegociação de dívidas, líquido das amortizações	28(b)	(1)	3		
Saldo no final exercício		15.225	14.506	7.256	6.647

(i) Captações e amortizações realizadas durante o exercício:
a. Gestão de endividamento da St. Marys

Em março de 2025, foi concluída a captação de um empréstimo no montante de USD 85 milhões (R\$ 493), com vencimento em 9 de março de 2026 e remuneração de SOFR + 0,875% a.a.. Em novembro de 2025, foi realizado um aditamento deste contrato, alongando o prazo de vencimento para 2031, com aumento do volume em USD 15 milhões e alteração da taxa de remuneração para SOFR + 1,20% a.a..

Em novembro a Companhia realizou a contratação de mais um empréstimo no valor de USD 100 milhões, com vencimento em dezembro de 2030 e remuneração SOFR + 1,20% a.a..

b. Gestão de endividamento da Itacamba

Em março de 2025, foi concluída a captação de um empréstimo no montante de BOB 220 milhões (R\$ 183), com vencimento em março de 2032 e março de 2033 e taxa de remuneração de 6% a.a. Com os recursos provenientes dessa nova captação, a subsidiária efetuou o pré-pagamento de BOB 227 milhões (R\$ 194), referente a uma dívida com vencimento em 2029.

c. 18ª emissão de debêntures pela VCSA

Em abril de 2025, a Companhia aprovou a 18ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, nos termos da Resolução CVM n.º 160/2022, no montante total R\$ 1 bilhão e com vencimento para abril de 2032, remuneradas a taxa DI+ 0,67% a.a.. A nova captação está alinhada à estratégia de *liability management* da Companhia, focada na redução de custo e no alongamento do perfil da dívida.

d. Pré-pagamento da 12ª emissão de debêntures pela VCSA

Em maio de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento da 12ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 450. As debêntures tinham vencimento originalmente previsto para fevereiro de 2026 e eram remuneradas à taxa CDI + 1,45% a.a.. Os recursos utilizados para a liquidação antecipada foram provenientes da 18ª emissão de debêntures, realizada em abril de 2025.

e. Pré-pagamento da operação contratada sob a Resolução nº 4.131 pela VCSA

Em maio de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento da operação contratada sob a Resolução nº 4.131 do Banco Central, no montante total de USD 50 milhões (R\$ 285). A operação tinha vencimento originalmente previsto para junho de 2026 e era remunerada à taxa CDI + 1,50% a.a.. Os recursos utilizados para a liquidação antecipada foram provenientes da 18ª emissão de debêntures, realizada em abril de 2025. Em decorrência dessa liquidação antecipada, os instrumentos derivativos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

relacionados à operação, - *swaps*, contratados para proteção cambial do principal e dos juros - também foram encerrados no mesmo período, resultando na baixa integral dos contratos e no reconhecimento dos respectivos efeitos financeiros no resultado do exercício.

f. Gestão de endividamento da VCEA

Em junho de 2025, foi concluída a captação de um empréstimo no montante de EUR 55 milhões (R\$ 353), com vencimento em junho de 2030 e taxa de remuneração de EURIBOR + 0,99% a.a. Com os recursos provenientes dessa nova captação, a subsidiária efetuou o pré-pagamento de EUR 55 milhões (R\$ 353), que são compostos por duas dívidas também da VCEA, uma dívida no montante de EUR 15 milhões (R\$ 96) e a outra de EUR 40 milhões (R\$ 257) ambas com vencimento previsto para 2027.

Em dezembro de 2025, foi concluída a captação de mais um empréstimo no montante de EUR 50 milhões (R\$ 323), com vencimento em junho de 2030 e uma taxa de remuneração de EURIBOR + 0,85% a.a.. Com os recursos provenientes dessa nova captação, a subsidiária efetuou o pré-pagamento de EUR 50 milhões (R\$ 323), que tinha seu vencimento original em julho de 2027.

g. Global Revolving Credit Facility

Em substituição a linha de crédito rotativo (*Global Revolving Credit Facility*), contratada em setembro de 2021 no montante de USD 250 milhões e vencimento em setembro de 2026, a Companhia e suas subsidiárias contrataram em julho de 2025 uma nova linha de crédito rotativo junto a um sindicato de bancos no montante de USD 250 milhões, com vencimento em julho de 2030, sendo caracterizada como *Sustainability-Linked Loan* em linha com os compromissos de sustentabilidade de longo prazo. A linha de crédito rotativo não está sendo utilizada no momento e está disponível para saque a qualquer momento, reforçando a posição de liquidez da Companhia.

h. 19ª Emissão de debêntures

Em outubro de 2025, a Companhia aprovou a 19ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única, nos termos da Resolução CVM n.º 160/2022, no montante total R\$ 1 bilhão e com vencimento para janeiro de 2033, remuneradas a taxa DI+ 0,60% a.a.. A nova captação está alinhada à estratégia de *liability management* da Companhia, focada na redução de custo e no alongamento do perfil da dívida.

i. Pré-pagamento da 13ª emissão de debêntures pela VCSA

Em novembro de 2025, a Companhia realizou a liquidação parcial da 13ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 250 milhões. O contrato tem vencimento original em 2028 e é remunerado a uma taxa de CDI + 1,55% a.a.. Os recursos utilizados para a liquidação antecipada foram provenientes da 19ª emissão de debêntures, realizada em novembro de 2025.

j. Pré-pagamento da 14ª emissão de debêntures pela VCSA

Em novembro de 2025, a Companhia realizou a liquidação parcial da 14ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 370 milhões. O contrato tem vencimento original em 2029 e é remunerado a uma taxa de CDI + 1,60% a.a.. Os recursos utilizados para a liquidação antecipada foram provenientes da 19ª emissão de debêntures, realizada em novembro de 2025.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Composição por moeda

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Dólar estadunidense	145	104	77	30
Real	149	103	118	80
Euro	2	6		
Boliviano	77	86		
Dólar canadense	1	3		
Pesos uruguaios	3			
Liras turcas		45		
	377	347	195	110
Não circulante				
Dólar estadunidense	6.947	7.351	1.197	1.706
Real	6.609	5.535	5.864	4.831
Euro	687	679		
Boliviano	377	495		
Dólar canadense	132			
Pesos uruguaios	96	99		
	14.848	14.159	7.061	6.537
	15.225	14.506	7.256	6.647

(f) Utilização das linhas de crédito disponíveis

				USD milhões		
Linha de crédito	Empresas	Data de contratação	Vencimento	Montante contratado	Montante utilizado	Saldo disponível
Global Revolving Credit Facility	VCSA/VCI/VCEA/St. Marys	jul/25	jul/30	250		250
Committed Credit Facility	VCI/VCEA/St. Marys	jun/22	jun/27	300	(48)	252
				550	(48)	502

O montante utilizado em dólares americanos considera a conversão pela taxa de câmbio nas datas de saque para os valores sacados em dólares canadenses e, conseqüentemente, refletido no saldo disponível da *Committed Credit Facility*.

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.840 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 2.074) do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas, enquanto R\$ 1.129 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.088) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado (terras e terrenos) em função de alienação fiduciária e hipoteca.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento

						Consolidado
	Nota	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	Dividendos a pagar e participação dos acionistas não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2024		12.147	1.012	173	2.462	15.794
Fluxos de caixa das						
Atividades operacionais		(998)		(303)		(1.301)
Atividades de financiamentos		260	(537)	127	(1.069)	(1.219)
Alterações sem efeito caixa						
Variações cambiais		1.617	237		398	2.252
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	988				988
Novos contratos de arrendamentos	17(c)		791			791
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	6.3.3(b)			(130)		(130)
Deliberação de dividendos	24(c)				615	615
Lucro líquido					175	175
Outros componentes do resultado financeiro		482	112			594
Outros		10	(49)	9	(51)	(81)
Em 31 de dezembro de 2024		14.506	1.566	(124)	2.530	18.478
Fluxos de caixa das						
Atividades operacionais		(1.180)		(234)		(1.414)
Atividades de investimentos				22		22
Atividades de financiamentos		1.646	(527)		(3.279)	(2.160)
Alterações sem efeito caixa						
Variações cambiais		(918)	(117)		(380)	(1.415)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	1.215				1.215
Novos contratos de arrendamentos	17(c)		921			921
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	6.3.3(b)			258		258
Deliberação de dividendos	24(c)				3.501	3.501
Lucro líquido					254	254
Outros componentes do resultado financeiro		29	105			134
Outros		(73)	(96)	(6)	52	(123)
Em 31 de dezembro de 2025		15.225	1.852	(84)	2.678	19.671

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

						Controladora
	Nota	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	Dividendos a pagar	Total
Em 1º de janeiro de 2024		5.830	96	177	557	6.660
Fluxos de caixa das						
Atividades operacionais		(472)		(234)		(706)
Atividades de financiamentos		317	(120)	92	(959)	(670)
Alterações sem efeito caixa						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	510				510
Novos contratos de arrendamentos	17(c)		236			236
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	6.3.3(b)			(188)		(188)
Deliberação de dividendos	24(c)				615	615
Outros componentes do resultado financeiro		455	42			497
Outros		7	(29)	8		(14)
Em 31 de dezembro de 2024		6.647	225	(145)	213	6.940
Fluxos de caixa das						
Atividades operacionais		(716)		(183)		(899)
Atividades de investimentos				21		21
Atividades de financiamentos		682	(107)		(2.336)	(1.761)
Alterações sem efeito caixa						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	742				742
Novos contratos de arrendamentos	17(c)		88			88
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	6.3.3(b)			253		253
Deliberação de dividendos	24(c)				3.501	3.501
Pagamento de dividendos com cessão de crédito à controlada direta					(683)	(683)
Outros componentes do resultado financeiro		(99)	22			(77)
Outros			(53)	(6)		(59)
Em 31 de dezembro de 2025		7.256	175	(60)	695	8.066

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Risco sacado a pagar
(a) Práticas contábeis

A Companhia e suas controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis ("Programas de risco sacado"). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor. Esses programas permitem aos fornecedores gerenciarem de forma mais eficiente a liquidez de seus recebíveis, como também contribuem para o ciclo de caixa operacional da Companhia.

A Companhia, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebe de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis (desconto de recebíveis). Quando notificada, a Companhia efetua o pagamento das duplicatas diretamente às instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos programas de risco sacado, não são destacados nessa classificação contábil e são apresentados na linha de fornecedores.

Os programas de risco sacado não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

Os programas de risco sacado são firmados sem garantias fornecidas pela Companhia.

(b) Composição

Operações de risco sacado	Prazo máximo	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fornecedor - mercado interno	Até 180 dias	287	328	227	245
Fornecedor - mercado externo	Até 180 dias	427	328		
Fornecedor - mercado externo	Até 360 dias	750	910		
		1.464	1.566	227	245

Dos valores apresentados acima, referentes a passivos por programas de risco sacado, as instituições financeiras tinham antecipado em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 1.169 no Consolidado (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.376) aos fornecedores. A totalidade do saldo da Controladora foi antecipado aos fornecedores pelas instituições financeiras.

Na variação dos saldos contábeis durante o exercício 2025 apresentados acima, não houve eventos materiais envolvendo transações não caixa, exceto pela variação cambial de passivos em moeda diferente da moeda funcional da respectiva entidade, que representaram R\$ 82 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 249)).

Uma parte substancial dos programas é mantida com um número limitado de instituições financeiras com as que a Companhia mantém relacionamento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Intervalo de prazos de pagamentos

A tabela a seguir apresenta a faixa de prazos de pagamento (em quantidade de dias) para os fornecedores com programas de risco sacado e para fornecedores comparáveis, sendo que os valores na faixa apresentam o menor prazo e o maior prazo de cada categoria de fornecedores.

	2025	2024
Fornecedores - mercado interno		
Fornecedores comparáveis	5-90	5-90
Risco sacado	60-185	30-180
Fornecedor - mercado externo		
Fornecedores comparáveis	15-180	15-120
Risco sacado	30-360	30-360

20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
(a) Práticas contábeis

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições sobre o lucro corrente, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente (Nota 5.5.3).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

A conciliação de imposto de renda e contribuição social das operações continuadas para os seus montantes correspondentes demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro, com base na legislação tributária vigente, é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	2.532	1.400	2.705	1.035
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(861)	(476)	(920)	(352)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	28	53	938	634
Incentivo fiscal	79	72		2
Impacto na tributação de empresas no exterior - diferencial de alíquota e outras	192	115		
Impactos de lucros no exterior IN 1.520/2014	(152)	(51)	(152)	(51)
Despesa com imposto mínimo obrigatório e imposto estadual	(58)	(74)		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido	39	4		
Ajuste fiscal pela reavaliação de ativos - hiperinflação	(17)	75		
Amortização fiscal de ágio sem constituição de diferido de anos anteriores em ágio por expectativa de rentabilidade futura	74	10		
Constituição de tributo diferido de exercícios anteriores	160	79	42	
Prejuízo fiscal e base negativa com constituição de tributo diferido (i)	150		150	
Constituição de crédito de IR pago no exterior (i)	137		137	
Acordo celebrado com o CADE		(372)		(372)
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(18)	21	11	2
IRPJ e CSLL apurados	(247)	(544)	206	(137)
Correntes	(259)	(274)	95	(15)
Diferidos	12	(270)	111	(122)
IRPJ e CSLL no resultado	(247)	(544)	206	(137)
Taxa efetiva - %	9,76	38,86	(7,62)	13,24

- (i) O reconhecimento da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL, suportado pelo trânsito em julgado em abril de 2025, do acordo celebrado junto ao CADE divulgado na Nota 22(d)(i) das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2024 resultou no registro de um crédito fiscal no montante de R\$ 287 passível de aproveitamento em períodos futuros, sendo: no exercício de 2024 (i) R\$ 150 relativo a ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa gerados; e (ii) R\$ 137 de crédito de imposto de renda pago no exterior.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa (i)	876	1.017	273	268
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Crédito fiscal de investimento (ITC)	229	244		
Ajuste a valor de mercado e hiperinflação	132	240		
Provisões judiciais	174	201	106	125
Provisão para encargos de energia	81	78	80	77
Obrigação com descomissionamento de ativos	71	75	39	37
Provisão para perdas de estoques	48	78	8	25
Uso de bem público	55	59		
Imposto mínimo de Ontário	54	50		
Prejuízo fiscal a ser utilizado na consolidação fiscal em períodos subsequentes	56	21		
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio	75	76	64	66
Benefícios sociais	34	41		
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	29	93	28	92
Provisões de obrigações previdenciárias	26	25		
Instrumento financeiro - Compromisso firme	30	29		
Impairment de ativos	19	19	16	16
Perda de crédito esperada	20	16	8	5
Deduções – Legislação em Marrocos e Espanha (benefício do governo)	11	15		
Benefício fiscal sobre ágio	113			
Outros créditos	117	129	34	36
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação) (ii)	(2.478)	(2.542)	(763)	(763)
Amortização fiscal de ágio	(205)	(307)	(184)	(288)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(226)	(243)	(6)	(7)
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos	(42)	(53)	(28)	(38)
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	(30)	(46)	(22)	(53)
Juros capitalizados	(57)	(48)	(43)	(31)
Repactuação do risco hidrológico	(16)	(16)		
Ajuste a valor presente	(11)	(13)	(5)	(4)
Outros débitos	(37)	(3)	(5)	
Líquido	(852)	(765)	(400)	(437)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	878	846		
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(1.730)	(1.611)	(400)	(437)

(i) Conforme descrito nas Notas 20(b)(i).

(ii) Conforme descrito na Nota 15(b)(i).

(d) Lei “One Big Beautiful Bill” - St. Marys

Em 4 de julho de 2025, a lei *One Big Beautiful Bill Act* (a “Lei”) foi sancionada, introduzindo mudanças significativas na legislação tributária dos Estados Unidos. As principais disposições que podem impactar a controlada St. Marys são: dedutibilidade de juros (IRC (*Internal Revenue Code*) §163(j)), depreciação acelerada (*Bonus Depreciation*) e Seção §179. Atualmente, a empresa já refletiu o impacto da depreciação acelerada nas suas demonstrações financeiras. A avaliação será atualizada à medida que as demais disposições se tornem aplicáveis futuramente.

(e) Modelo de Regras Pilar 2 (“Regras Globe”)

A Companhia se enquadra no escopo das Regras Globe, conforme publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que visa implementar uma tributação mínima efetiva de 15%. Entre as jurisdições em que a Companhia opera, as Regras Globe já foram incorporadas em legislação promulgada por Luxemburgo, Turquia, Canadá e Espanha, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, impactando também as subsidiárias da Companhia localizadas em outros países, como Estados Unidos, Uruguai, Bolívia, Tunísia e Marrocos, pela aplicação das Regras de Inclusão de Rendimentos de atribuição das entidades investidoras.

Em 27 de dezembro de 2024 foi sancionada a Lei nº 15.079 que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incorporando na legislação brasileira o Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* - “QDMTT”), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia elaborou estudo sobre o impacto decorrente das Regras Globe e, com base na avaliação realizada com os resultados do exercício anual findo em 31 de dezembro de 2025 para a controladora e suas investidas, nenhuma se sujeitou ao *top-up tax* devido à elegibilidade a um dos 3 *safe harbour* transitórios prescritos nas referidas regras (no que tange à Brasil, Luxemburgo, Canadá, Estados Unidos, Turquia, Uruguai e Bolívia) ou por ter atendido à alíquota efetiva mínima de 15% quando do cálculo do GloBE completo (no caso da Espanha).

Com relação às operações descontinuadas ao longo de 2025, realizamos os cálculos das Regras GloBE para Tunísia (data-base 31 de março) e Marrocos (data-base 30 de junho). Como resultado, tivemos que a Tunísia gerou um montante devido de EUR 75 mil, enquanto que a jurisdição do Marrocos se enquadrou em dos 3 *safe harbour* transitórios prescritos na legislação vigente.

(f) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		(765)	(479)	(437)	(320)
Efeito no resultado - operações continuadas		12	(270)	111	(122)
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente		(6)	(71)		
Pagamento de impostos com prejuízo fiscal		(105)		(72)	
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	24(d)	(2)	6	(2)	5
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	24(d)	2	2	1	
Reclassificação para ativos mantidos para venda			37		
Outros		12	10	(1)	
Saldo no final do exercício		(852)	(765)	(400)	(437)

(g) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL

A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	2025
	Consolidado
Até 12 meses	253
Após 12 meses	623
	876

(h) Ativo fiscal diferido não reconhecido

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa e créditos fiscais de investimento (ITC), considerando que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios, conforme apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	3.218	3.894
Potencial benefício fiscal - alíquota entre os países de 24,94% a 34,00%	804	981
Créditos de ITC para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	219	236
Potencial benefício fiscal	1.023	1.217

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Base fiscal dos prejuízos fiscais e base negativa

Os saldos de base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa para os quais a Companhia reconhece imposto diferido estão distribuídos conforme abaixo:

				Consolidado
Exercício	Brasil	América do Norte	Europa e Ásia	Total
2025	824	1.150	1.114	3.088
2024	825	1.530	1.338	3.693

(j) Realização dos saldos de IRPJ e da CSLL a recuperar

Os saldos consolidados de curto prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto de renda no montante de EUR 35 milhões (R\$ 227), provenientes da diferença entre a antecipação da tributação nas vendas dos ativos da Tunísia e Marrocos e o valor do imposto de renda do período, cuja apuração final resultou em montante inferior. A realização dos saldos a recuperar ocorrerá ao longo de 2026.

Os saldos consolidados de longo prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto sobre a renda pagos no exterior, nos termos da Lei nº 12.973/2014, passível de dedução do imposto sobre a renda e contribuição social que forem devidos no Brasil sobre lucros auferidos pelas mesmas controladas em anos-calendário subsequentes, observados os limites legais. A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior, registrado em 31 de dezembro de 2025, até o ano de 2029.

21 Provisões e depósitos judiciais
(a) Práticas contábeis
(i) Provisões judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais (Nota 21(a)(iii)).

Processos classificados como perda provável apresentam provisão reconhecida contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) seja provável a necessidade uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Processos classificados como perda possível não possuem provisão reconhecida contabilmente, sendo divulgadas em nota explicativa como passivos contingentes. Os processos cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionados nem divulgados, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, é revisada regularmente a medida que novos fatos e circunstâncias sejam apurados nos processos e baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, sendo essas variações reconhecidas no resultado do exercício. Não são reconhecidas provisões com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões trabalhistas são reconhecidas inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária. Subsequentemente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e / ou terceiros insolventes. Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, desde o reconhecimento inicial.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos contingentes divulgados são mensurados com base nos valores indicados nos processos e os cálculos representam as melhores estimativas da Administração, com base nos dados disponíveis (internos e públicos), no andamento processual, na jurisprudência atual e na avaliação de seus assessores legais, inclusive em relação a pedidos que são, neste momento, ilíquidos, inestimáveis ou sem impacto material para a Companhia. A Companhia utiliza diversas premissas para estimativa dos valores percentuais dos pedidos alocados a ela, e portanto, não pode garantir que tais premissas irão prevalecer, inclusive considerando o atual estágio dos processos.

(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation* – “ARO”)

A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar / recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão apresentadas na Nota 16(a)(iv).

A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro.

O passivo constituído é atualizado por meio de revisões anuais que incluem:

- revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas;
- revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento;
- revisão da taxa de desconto.

Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Outros resultados operacionais” (Nota 27).

O cronograma esperado das saídas de caixa associadas ao processo de restauração e recuperação varia no intervalo de 2 a 50 anos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em “Provisões” no passivo. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(b) Composição das provisões judiciais e depósitos judiciais

	2025							
	Consolidado				Controladora			
	Passivo			Ativo	Passivo			Ativo
	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisões judiciais provisionadas	Provisões judiciais líquidas dos depósitos	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisões judiciais provisionadas	Provisões judiciais líquidas dos depósitos	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	
Tributárias	491	(52)	439	257	329	(49)	280	110
Cíveis	147	(8)	139	1	123	(5)	118	
Trabalhistas	126	(31)	95		98	(23)	75	
Ambientais	12		12	1	5		5	1
Não circulante	776	(91)	685	259	555	(77)	478	111

	2024							
	Consolidado				Controladora			
	Passivo			Ativo	Passivo			Ativo
	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisões judiciais provisionadas	Provisões judiciais líquidas dos depósitos	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisões judiciais provisionadas	Provisões judiciais líquidas dos depósitos	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisões (i)	
Tributárias	617	(122)	495	270	416	(97)	319	154
Cíveis	155	(7)	148	1	135	(5)	130	
Trabalhistas	117	(37)	80		93	(30)	63	
Ambientais	12	(1)	11	1	5	(1)	4	1
Não circulante	901	(167)	734	272	649	(133)	516	155

(i) Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos judiciais totalizaram R\$ 350 no Consolidado, sendo R\$ 259 no ativo e R\$ 91 no passivo (31 de dezembro de 2024 - R\$ 439, sendo R\$ 272 no ativo e R\$ 167 no passivo) e R\$ 188 na Controladora, sendo R\$ 111 no ativo e R\$ 77 no passivo (31 de dezembro de 2024 - R\$ 288, sendo R\$ 155 no ativo e R\$ 133 no passivo).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação e composição de provisões, líquidas de depósitos judiciais

	Consolidado					
	ARO e termos de compromisso	Provisões judiciais				
		Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Em 1º de janeiro de 2025	503	495	148	80	11	1.237
Adições	12	69	22	50	2	155
Reversões		(281)	(74)	(39)		(394)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		71		6		77
Liquidações com depósitos judiciais				(4)		(4)
Liquidações com efeito caixa	(49)	(29)	(11)	(29)	(3)	(121)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(24)					(24)
Ajuste a valor presente	26					26
Variações cambiais	(14)					(14)
Atualização monetária, líquida das reversões	(1)	114	54	31	2	200
Em 31 de dezembro de 2025	453	439	139	95	12	1.138

	Controladora					
	ARO e termos de compromisso	Provisões judiciais				
		Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Em 1º de janeiro de 2025	222	319	130	63	4	738
Adições		50	18	40	1	109
Reversões		(205)	(71)	(31)		(307)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		48		6	1	55
Liquidações com depósitos judiciais				(4)		(4)
Liquidações com efeito caixa	(4)	(25)	(6)	(25)	(2)	(62)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(12)					(12)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(53)					(53)
Ajuste a valor presente	10					10
Atualização monetária, líquida das reversões		93	47	26	1	167
Em 31 de dezembro de 2025	163	280	118	75	5	641

(d) Comentários sobre processos com probabilidade de perda provável
(i) Provisões tributárias

Refere-se, principalmente, à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IRPJ e CSLL (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral), IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) e outros tributos previstos na Constituição Federal de 1988.

a. Compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais (“CFEM”)

A Companhia possui diversas autuações lavradas pela Agência Nacional de Mineração - “ANM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2016. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em contingência dessas ações totaliza o montante de R\$ 414 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 481). A Companhia entende que R\$ 110 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 151) é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado e R\$ 304 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 330) é o montante consolidado de perda possível. Atualmente, os processos encontram-se na fase administrativa ou judicial.

b. Exclusão do ICMS e ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia ajuizou medidas judiciais visando afastar a incidência do ICMS e do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que atualmente apenas as ações que discutem a exclusão do ISSQN encontram-se ativas e com depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos totalizam o montante de R\$ 6 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 6), os quais estão sendo apresentados no passivo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Provisões cíveis

Refere-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

(iii) Provisões ambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos nos diversos países em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis e conduz regularmente verificações para identificar riscos legais ambientais de modo a garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

O contencioso ambiental judicial da Companhia é formado, primordialmente, por ações civis públicas com a finalidade de apurar responsabilidades ambientais na condução das atividades da Companhia, inclusive questões envolvendo o licenciamento ambiental de unidades fabris, autos de infração lavrados por órgãos ambientais competentes, bem como ações de indenização por alegado danos decorrentes de supostos impactos ambientais advindos das atividades da Companhia.

(e) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Natureza	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis				
Ações Cíveis Públicas (ACPs) – decorrentes de processos administrativos (PA) (i)	7.436	6.926	7.436	6.926
Demais processos	447	716	151	461
	7.883	7.642	7.587	7.387
Tributários				
Autos de infração – IRPJ / CSLL (ii)	1.810	1.831	1.810	1.831
PIS/COFINS - Glosa de créditos referente a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo (iii)	417	388	261	248
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Nota 22 (c) (i) (a))	304	330	220	272
IRPJ e CSLL – Lucros no exterior (iv)	232	176	232	176
Demais processos	3.103	3.118	1.936	2.121
	5.866	5.843	4.459	4.648
Ambientais	37	46	10	19
	13.786	13.531	12.056	12.054

(i) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) decorrente do PA
a. ACP do Ministério Público do Rio Grande do Norte (ACP-MPE/RN)

Em janeiro de 2012, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (MPE/RN) ajuizou uma ACP contra a Companhia, outras 5 (cinco) cimenteiras e entidades representantes da indústria de cimento e concreto, por suposta violação à lei concorrencial brasileira, com base em Nota Técnica emitida em 2011 pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) no âmbito do Processo Administrativo n.º 08012.011142/2006-79 (PA) instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2006 contra diversas empresas do setor de cimento do Brasil, dentre elas a Companhia, baseado em supostas práticas anticoncorrenciais, incluindo a formação de cartel com outras cimenteiras para fixação de preços e quantidades de produtos.

O MPE/RN fez os seguintes pedidos genéricos: (1) danos morais coletivos de R\$ 5.600 (corrigidos até janeiro de 2012), com solidariedade entre as demandadas, para o Fundo Nacional de Direitos Difusos; (2) dano patrimonial individual homogêneo aos consumidores equivalentes a 10% dos montantes pagos por

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos demandados entre 2002 e 2006, para liquidação e cobrança individual por cada consumidor; (3) multa de 1% a 30% das receitas brutas do seu último exercício, não inferior às vantagens supostamente auferidas (art. 23, I, Lei nº 8.884/1994); e (4) outros pedidos, dentre eles: (4.i) proibição, por um período de pelo menos 5 (cinco) anos, de obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação dos governos federal, estadual ou municipal, entidades ou agências governamentais; e (4.ii) determinação para não concessão de parcelamento de tributos federais e cancelamento de incentivos fiscais ou subsídios públicos.

Em agosto de 2018, as preliminares arguidas pelas demandadas foram rejeitadas, tendo os embargos de declaração opostos contra essa decisão julgados em setembro de 2021, confirmando-se tal rejeição. Foi ainda determinada produção de perícia, estabelecendo-se que o ônus da prova do dano é do MPE/RN. Não houve ainda indicação de perito judicial.

Em outubro de 2022, foi proferida decisão pelo juízo do Rio Grande do Norte, reconhecendo a existência de continência entre a ACP-MPE/RN e a ACP-MPF/SP (descrita no item abaixo), a fim de que as ações sejam reunidas no juízo de São Paulo, responsável pelo julgamento da ACP-MPF/SP. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pela Companhia, que não tiveram êxito; atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de outras corréis contra a mesma decisão. Após o julgamento desses recursos das demais partes, e em se confirmando a continência, o processo pode ser direcionado para o juízo de São Paulo para continuar a sua tramitação; caso os recursos sejam providos e seja mantida a competência do juízo do Rio Grande do Norte, a instrução probatória seguirá o seu curso neste juízo. Sem prejuízo do acima exposto, em razão da posterior extinção da ACP-MPF/SP, com resolução de mérito, em razão de prescrição (conforme descrito no item abaixo), é possível que o reconhecimento da continência da ACP-MPE/RN seja considerado prejudicado.

b. ACP do Ministério Público Federal de São Paulo (ACP-MPF/SP)

Também com base no PA, em outubro de 2021, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF/SP) ajuizou ACP contra todas as pessoas e entidades condenadas no PA, alegando violação à lei concorrencial brasileira, como resultado de suposta formação de cartel.

O MPF/SP fez, dentre outros, os seguintes pedidos na ACP-MPF/SP: (1) medida liminar para proibir alteração do quadro societário das empresas demandadas (e suas subsidiárias ou coligadas); (2) dano econômico-financeiro com solidariedade entre as Pessoas Demandadas: (i) pedido principal total de R\$ 28,92 bilhões (corrigido até janeiro de 2014) com base num suposto sobrepreço de 20% entre 1987 e 2007 (sendo 49,78% alocado para Companhia); e (ii) pedido subsidiário total de R\$ 7,78 bilhões (corrigido até junho de 2021) com base num suposto sobrepreço de 2,7% entre 1994 e 2004 (49,78% alocado à Companhia); (3) dano moral de R\$ 10 bilhões corrigido até a outubro de 2021 (49,78% alocado à Companhia); (4) depósito do valor de condenação; (5) reconhecimento dos efeitos para futuras indenizações individuais; (6) proibição de contratação com instituições financeiras oficiais; e (7) não parcelamento de tributos ou cancelamento no todo ou em parte de incentivos e subsídios.

O pedido de medida liminar (item (1) acima) foi negado pelo juízo em primeiro grau em novembro de 2021. A Companhia foi citada e apresentou a sua defesa no prazo legal. Em maio de 2025, foi proferida sentença que extinguiu a ACP-MPF/SP com o reconhecimento de que as pretensões do MPF/SP se encontravam prescritas. O MPF/SP interpôs recurso de apelação, não tendo havido, até o momento, intimação para que as demais partes apresentem suas contrarrazões.

Em função da propositura da ACP-MPF/SP e da similaridade entre os pedidos das ACPs, inclusive de mesma natureza, a Companhia revisou os valores de expectativas de perda possíveis das ACPs, como um todo, e ainda de cada um dos pedidos feitos nessas ACPs para avaliação dos valores incluídos na rubrica de contingência possível. Nesse sentido, a Companhia calculou de forma consolidada o montante de reporte de contingência possível para ambas as ACPs, com base nas seguintes premissas: (a) avaliação com base nos valores (de danos morais e patrimoniais) indicados pelos ministérios públicos, o que não significa que a Companhia concorde com esses valores; (b) dada as similaridades de pedidos, os valores dos pedidos de mesma natureza não são duplicados; (c) os cálculos representam as melhores estimativas, neste momento, com base nos dados disponíveis (internos e públicos), no andamento processual, na jurisprudência atual e na avaliação de seus assessores legais, inclusive em relação a pedidos que são, neste momento, ilíquidos, inestimáveis ou sem impacto material para a Companhia; (d)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

por fim, a Companhia utilizou diversas premissas para estimativa dos valores e percentuais dos pedidos alocados à ela, entretanto a Companhia não pode garantir que tais premissas irão prevalecer, inclusive considerando o atual estágio dos processos e inclusive os pedidos de solidariedade feitos pelos ministérios públicos, conforme descritos acima, estimando o montante atualizado da contingência possível para ambas as ACPs em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 7.436 (R\$ 6.926 em 31 de dezembro de 2024).

Ressaltamos que essa estimativa não representa qualquer concordância da Companhia com os pedidos feitos pelos MPs, mas mera estimativa para fins de reporte de contingência possível. A Companhia classificou a probabilidade de perda das ACPs como possível e, portanto, não há valores provisionados.

(ii) Autos de infração – IRPJ / CSLL**c. Despesas operacionais**

Em dezembro de 2016, a Companhia e suas investidas foram autuadas pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a Companhia. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido, logo após, a Companhia apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN, bem como apresentou Recurso Especial contra a parte julgada de forma desfavorável pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). No momento a Companhia aguarda o julgamento dos Recursos Especiais pela Câmara Superior do CARF. Em julho de 2024 o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, levando a uma redução do valor autuado e extinção de parte do valor objeto da autuação.

Em novembro de 2024 foi expedida intimação do resultado de julgamento, que levou a Companhia a ajuizar ação cautelar objetivando suspender a exigibilidade do débito remanescente (classificada como "não gera contingência"). Em Dezembro de 2025 foi ajuizada a respectiva Execução Fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado da contingência é de R\$ 122 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2024), sendo que R\$ 83 está avaliado como provável e possui provisão constituída, o montante de R\$ 39 está avaliado como possível e o restante que foi desonerado totaliza a quantia de R\$ 348.

d. Swap de ativos

Em dezembro de 2017, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.295, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela Companhia; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Recurso voluntário foi julgado desfavoravelmente a Companhia. A Companhia foi intimada do Acórdão que manteve a autuação relacionada a permuta de ativos por unanimidade de votos, e manteve pelo voto de qualidade a parcela referente a dedução da amortização do ágio. Em decorrência da disposição contida na Lei nº 14.689/2023, que estabeleceu nos casos julgados favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade, a exclusão das multas e juros, além da possibilidade de quitar o saldo com prejuízo fiscal, a Companhia entendeu por bem aproveitar as referidas reduções e liquidar a parcela referente à amortização do ágio. Em 31 de dezembro de 2025 a discussão segue apenas quanto a infração relacionada a permuta de ativos. Em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.771 (R\$ 1.815 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) PIS/COFINS – Glosa de créditos referente a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo

A Receita Federal do Brasil emitiu dois despachos decisórios contra a controlada VCNNE, os quais somados compreendem em 31 de dezembro de 2025 o montante atualizado de R\$ 156 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes do não reconhecimento de créditos compensados referentes ao julgamento favorável da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O mérito dos dois despachos decisórios é classificado como perda possível pelos assessores legais da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação a esses dois processos, um deles aguarda o julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentado pela Companhia e o outro a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente favorável, para determinar a remessa do processo à origem para prolação de um novo despacho decisório.

A VCSA também recebeu em 2025 um despacho decisório no montante atualizado de R\$ 573 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 521), referente ao não reconhecimento da compensação de créditos oriundos da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Esse caso era reportado como perda possível, mas a Companhia foi intimada em 31 de janeiro de 2025 do provimento do Recurso Voluntário pelo CARF, que reconheceu o direito e determinou a apuração da suficiência do crédito pela Delegacia da Receita Federal. Portanto, esse caso passará a ser reportado como perda remota até novo evento processual relevante.

Além dos três processos administrativos acima destacados, a VCSA também discute a glosa parcial de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS em quatro processos de Execução Fiscal, os quais totalizam um montante atualizado de R\$ 261 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2024), também classificado como perda possível pelos assessores legais da Companhia e divulgados como passivos contingentes a partir de 2024. Desses processos, três aguardam os julgamentos dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia e um aguarda a abertura de prazo para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal.

(iv) IRPJ e CSLL – Lucros no exterior

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu dois autos de infração da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 185, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior no ano calendário de 2015, por meio de suas controladas e coligadas. A Companhia apresentou impugnação e no momento aguarda o julgamento desta. Proferida decisão de primeira instância totalmente favorável em um dos casos, de modo que o valor referente a este foi integralmente reclassificado para "remoto". Quanto ao outro débito, foi proferida decisão parcialmente favorável, que ainda não foi publicada, de modo que o caso permanece inteiramente classificado como "possível". Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado da contingência é de R\$ 232 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 176).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Uso de bem público
(a) Práticas contábeis

O uso de bem público é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A prática contábil para o reconhecimento do ativo intangível está descrita na Nota 16(a)(iii).

(b) Composição

A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalo), o qual permite que a Companhia seja autoprodutor. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para uso de bem público com prazo de duração até abril de 2044, incluindo a extensão do período de concessão descrita na Nota 16(a)(iv). O valor da obrigação está demonstrado a seguir:

						Consolidado			
						2025		2024	
Usina	Investidora	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início do pagamento	Ativo concessão (Nota 16(b))	Passivo	Ativo concessão (Nota 16(b))	Passivo
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	mar/02	abr/44	abr/06				
Circulante							57		55
Não circulante						123	529	130	584
						123	586	130	639

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Benefícios pós-emprego**(a) Práticas contábeis****(i) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários definidos seguem padrões regulatórios similares. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pró rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas, também chamados de “Remensurações”, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Outros componentes do resultado abrangente”, e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(ii) Assistência médica (pós aposentadoria)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua controlada na América do Norte. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes às aquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício de assistência médica é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação deste benefício é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Outros componentes do resultado abrangente”, que não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Alocação nas demonstrações financeiras
(i) Planos de benefício definido e assistência médica (pós aposentadoria)

A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia.

A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	Consolidado	
	2025	2024
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários	84	93
Ativo registrado no balanço patrimonial	84	93
Obrigações registradas no balanço patrimonial		
Planos de pensão deficitários	60	68
Benefícios de saúde pós-emprego	158	184
Passivo registrado no balanço patrimonial	218	252
Despesas reconhecidas no resultado do exercício		
Plano de pensão de benefício definido	5	2
Benefícios de saúde pós-emprego	13	14
	18	16
Remensurações reconhecidas no resultado abrangente		
Plano de pensão - valor bruto	9	(3)
Benefícios de saúde pós-emprego	17	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	2
Plano de pensão - valor líquido	28	7

(ii) Plano de contribuição definida

A VCSA e a controlada VCNNE patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM, estas contribuições voluntárias não exigem nenhum pagamento adicional da Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia, são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por segmento operacional

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir por região:

					2025
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	37		560		597
Valor justo de ativos do plano	(52)		(644)		(696)
(Superávit) déficit de planos financiados	(15)		(84)		(99)
Valor presente de obrigações não financiadas		13	201	4	218
(Superávit) déficit total de planos de benefícios previdenciários	(15)	13	117	4	119
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	15				15
Passivo líquido do ativo		13	117	4	134

					2024
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	40		629		669
Valor justo de ativos do plano	(51)		(723)		(774)
(Superávit) déficit de planos financiados	(11)		(94)		(105)
Valor presente de obrigações não financiadas		15	234	4	253
(Superávit) déficit total de planos de benefícios previdenciários	(11)	15	140	4	148
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	11				11
Passivo líquido do ativo		15	140	4	159

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação

A movimentação da obrigação do benefício definido/benefícios de saúde pós emprego e do valor justo dos ativos dos planos é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2024	847	(693)	154	29	183
Custo do serviço corrente	9		9		9
Despesa (receita) financeira	47	(39)	8	3	11
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3)		(3)		(3)
	53	(39)	14	3	17
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(2)	(2)		(2)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	17		17		17
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1		1		1
Ganhos decorrentes da experiência	(4)		(4)		(4)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira				(20)	(20)
	14	(2)	12	(20)	(8)
Variações cambiais	155	(116)	39		39
Contribuições do empregador		8	8		8
Pagamento dos planos - benefícios	(80)	68	(12)		(12)
Operações descontinuadas	(68)		(68)		(68)
Em 31 de dezembro de 2024	921	(774)	147	12	159
Custo do serviço corrente	9		9		9
Despesa (receita) financeira	41	(32)	9	1	10
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(1)		(1)		(1)
	49	(32)	17	1	18
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		2	2		2
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(5)		(5)		(5)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(14)		(14)		(14)
Ganhos decorrentes da experiência	(12)		(12)		(12)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira				2	2
	(31)	2	(29)	2	(27)
Variações cambiais	(68)	52	(16)		(16)
Contribuições do empregador		7	7		7
Pagamento dos planos - benefícios	(57)	50	(7)		(7)
Em 31 de dezembro de 2025	814	(695)	119	15	134

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos do plano

Os ativos do plano incluem:

	2025	2024
Ações		
Mercado global	128	144
Mercados emergentes		72
Instituições financeiras	18	18
Títulos públicos	33	33
Bonds	513	504
Outros	4	3
	696	774

(f) Premissas atuariais

As premissas atuariais mais relevantes utilizadas foram as seguintes:

	2025			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	11,07%	28,93%	4,97%	7,41%
Taxa da inflação	3,50%	25,24%	2,00%	5,49%
Retorno esperado sobre os ativos do plano				
Aumentos salariais futuros	3,55%	25,44%	2,50%	3,41%

	2024			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	10,70%	27,70%	4,84%	7,41%
Taxa da inflação	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%
Retorno esperado sobre os ativos do plano				
Aumentos salariais futuros	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós aposentadoria:

- Brasil: AT-2000;
- Uruguai: GAM 1983;
- Turquia: TUIK 2015; e
- América do Norte: CPM-B.

(g) Análise de sensibilidade – América do Norte

Considerando que os planos de benefícios do segmento América do Norte são os mais significativos no Consolidado, abaixo é demonstrado a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 4,76%	Aumento de 5,23
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 0,33%	Diminuição de 0,32%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 3,20%	Diminuição de 3,16%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

24 Patrimônio líquido**(a) Práticas contábeis****(i) Capital social**

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

Ao final do exercício, dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados considerando 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal e da reserva de incentivos fiscais. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos mínimos obrigatórios. Qualquer valor acima dos dividendos mínimos obrigatórios, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral.

Em adição aos dividendos mínimos obrigatórios, a Administração da Companhia pode propor, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários e intercalares destinados a partir de reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou balanços patrimoniais intermediários. Quando aprovados pelo Conselho de Administração, os dividendos intermediários e intercalares são registrados como redução a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido.

(iii) Lucro básico por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros.

A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro por ação.

(iv) Reserva legal e retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebe, no Brasil, incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial: Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a:

ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativos a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento, diferimento do pagamento ou crédito presumido. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos dos incentivos estão estabelecidos em cada programa, com vencimentos até 2032. Esses incentivos são registrados no resultado do exercício de apuração do imposto e quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais.

Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2027 e 2034. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. Dessa forma, a receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior;
- Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria; e
- Outros componentes do resultado abrangente das investidas.

(b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.708 composto por 9.225.042.782 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais.

(c) Pagamento de dividendos

Ao longo de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou distribuições de dividendos, sendo R\$ 2.806 da conta de reserva de retenção de lucros e R\$ 213 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 3.019. Os pagamentos ocorreram em 28 de fevereiro, 28 de abril, 2 de julho e 20 de agosto.

Adicionalmente, no fechamento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram calculados e reconhecidos os seguintes dividendos mínimos obrigatórios:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	2.924	898
Reserva legal - 5%	(146)	(45)
Base de cálculo dos dividendos	2.778	853
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	695	213
Dividendos intermediários pagos	2.806	402
	3.501	615
Quantidade média ponderada de ações, em milhões	9.526	9.526
Dividendos por lote de mil ações - R\$	367,54	64,56

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outros resultados abrangentes da Controladora

Atribuível aos acionistas controladores						
	Nota	Variação cambial de operações localizadas no exterior	Hedge dos investimentos líquidos	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Transações com acionistas não controladores	Outros componentes do resultado abrangente
Em 1º de janeiro de 2024		3.768	(2.439)	(35)	1.513	25
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações continuadas	14(e)	2.596				
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações descontinuadas	14(e)	21				
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas	14(e)	179				
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas	14(e)	759				
Hedge dos investimentos líquidos	14(e)		(178)			
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						(1)
Perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas				7		
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						(6)
Tributos diferidos	20(f)					(5)
Em 31 de dezembro de 2024		7.323	(2.617)	(28)	1.513	13
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações continuadas	14(e)	(1.558)				
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações descontinuadas	14(e)	34				
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas	14(e)	219				
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas	14(e)	221				
Hedge dos investimentos líquidos	14(e)		102			
Realização de outros resultados abrangentes de investidas	29(d)	90	125			
Ganhos sobre os ativos de plano de pensão das investidas				23		
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						6
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(4)
Tributos diferidos	20(f)			1		(2)
Em 31 de dezembro de 2025		6.329	(2.390)	(4)	1.513	13

25 Receita líquida de contratos com clientes

(a) Práticas contábeis

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável e inclui a promessa de transferência de produtos ou serviços a um cliente; (iii) o preço da transação é valor da contraprestação definido em contrato que pode ser mensurado com segurança e pode ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) o preço da transação é alocado a cada obrigação de performance com base no seu preço de venda individual para cada produto ou serviço distinto prometido no contrato; (v) a entidade reconhece a receita quando ela satisfaz as obrigações de desempenho transferindo um produto ou serviço ao cliente, que ocorre no momento em que o cliente obtém o controle sobre tal serviço ou produto. O valor da receita reconhecida é o valor alocado para a obrigação de desempenho satisfeita.

A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho:

(i) Contratos com clientes relacionados com a venda de cimento, agregados, argamassas, matéria-prima e outros tem como obrigação de desempenho a entrega dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o produto é entregue ao cliente;

(ii) Os contratos de concreto pronto preveem a entrega do concreto em uma única entrega, deste modo, a obrigação de desempenho é satisfeita quando o concreto é entregue ao cliente. Para contratos em que determinado volume de concreto é entregue por um período, como projetos de construção de longo prazo (que geralmente não são superiores a um ano), a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo com base nos volumes entregues no período do contrato.

Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as contraprestações. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das contraprestações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes.

Para alguns contratos com clientes, a Companhia oferece rebates de volume, que são liquidados na forma de produtos ou dinheiro a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável do contrato. A Companhia então aplica os requisitos de restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e reconhecido como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os descontos futuros esperados (ou seja, o valor não incluído no preço da transação), de acordo com o valor que a entidade estima entregar ao cliente. A Companhia baseia suas estimativas no histórico anterior, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia atualiza suas estimativas de passivo de restituição (e a mudança correspondente no preço da transação) no final de cada exercício.

(b) Composição

Nota	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Vendas brutas				
Venda de produtos e serviços para o mercado brasileiro	21.046	18.379	13.865	12.821
Venda de produtos e serviços para mercados fora do Brasil	14.064	13.374		
	35.110	31.753	13.865	12.821
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(5.694)	(5.188)	(3.621)	(3.358)
	29.416	26.565	10.244	9.463

(c) Receita líquida por linha de produtos

	Consolidado	
	2025	2024
Cimento	19.444	17.737
Concreto	5.686	5.315
Argamassa	1.173	1.040
Agregados	948	905
Outros	2.165	1.568
	29.416	26.565

(d) Receita líquida por país de destino

	Consolidado	
	2025	2024
Brasil	15.068	13.325
Estados Unidos	6.225	5.592
Canadá	2.422	2.695
Espanha	2.548	2.151
Turquia	1.615	1.615
Outros	1.538	1.187
	29.416	26.565

26 Abertura de despesas por natureza**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica todos os gastos com custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, bem como as despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas), de acordo com sua natureza. Essas despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, em conformidade com os critérios contábeis.

(b) Composição

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Frete		5.002	4.143	1.905	1.797
Salários, encargos e benefícios		4.334	3.951	1.365	1.209
Insumos e materiais de consumo		3.731	3.535	1.438	1.378
	15(b), 16(b) e				
Depreciação, exaustão e amortização	17(b)	2.857	2.362	999	701
Combustíveis		2.682	2.578	1.235	1.200
Manutenção e conservação		1.927	1.682	729	632
Energia elétrica		1.899	1.709	742	715
Despesa de serviços diversos		1.546	1.455	644	524
Embalagens		520	455	291	254
Impostos, taxas e contribuições		224	199	36	28
Despesas comerciais e <i>marketing</i>		116	128	94	81
Seguros		106	97	11	11
Aluguéis e arrendamentos		98	109	13	16
Outros		953	812	84	38
		<u>25.995</u>	<u>23.215</u>	<u>9.586</u>	<u>8.584</u>
Reconciliação					
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		23.259	20.693	8.306	7.421
Despesas com vendas		1.090	1.013	615	556
Despesas gerais e administrativas		1.646	1.509	665	607
		<u>25.995</u>	<u>23.215</u>	<u>9.586</u>	<u>8.584</u>

27 Outros resultados operacionais**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica as outras receitas e despesas operacionais como itens com naturezas que não se enquadram nas classificações tradicionais de receitas de vendas, custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, ou despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas). Essas receitas e despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, e os critérios contábeis.

(b) Composição

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Benefícios fiscais - investimento		417	346	99	87
Ganho líquido na venda de sucata		46	22	15	17
Reembolso de seguros		38	13		
Ganho (perda) na venda de imobilizado e intangível, líquido		30	78	2	(8)
Receita de aluguéis e arrendamentos		17	37	2	4
Vendas de direitos de emissão de CO2		14	10		
Recuperação de tributos		4	6	8	5
Ganho na aquisição de investimento	30(b)	6			
Dividendos recebidos		11			
Receita de coprocessamento		10	8	10	8
Provisões judiciais líquidas		(18)	(51)	(26)	(28)
Despesas com unidades inativas		(15)	(13)	(15)	(13)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento		(13)	(11)	(8)	(11)
Contratos futuros de energia - valor justo		(4)	(3)		
Acordo celebrado com o CADE (i)			(1.093)		(1.093)
Provisão de <i>impairment</i> de ativos			(10)		(4)
Outros resultados operacionais		17	(19)	39	2
		<u>560</u>	<u>(680)</u>	<u>126</u>	<u>(1.034)</u>

(i) Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um acordo com o CADE e aderiu à transação extraordinária junto à PGF no âmbito do programa "Desenrola Agências Reguladoras", visando a solução definitiva dos litígios então pendentes. As premissas, impactos e detalhes desse acordo estão apresentados na Nota 22(d)(i) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2024.

28 Resultado financeiro, líquido**(a) Práticas contábeis**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Custos para pré-pagamento de empréstimos, incluindo amortização de custos de captação;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não conta a receber);
- Ganhos/perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica de forma consistente os juros sobre empréstimos e financiamentos pagos e os custos da recompra de títulos de dívida como fluxo caixa das atividades operacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras consolidadas e individuais**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre aplicações financeiras		312	346	171	179
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	284	382	205	352
Reversão de atualização monetária de provisões (i)		239	158	191	111
Juros sobre ativos financeiros		76	58	19	25
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	63	226	50	163
Atualização monetária sobre ativos		44	45	25	31
Comissões sobre securitização	13(b)	46	43		
Atualização monetária utilização do bem público		24			
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	27	16	6	5
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas	6.3.3(b) e 13(b)	4			
Reversão de garantia sobre operação de securitização	13(b)	5			
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(b)			16	12
Outras receitas financeiras		51	50	26	
		1.175	1.324	709	878
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(1.215)	(988)	(742)	(510)
Capitalização de juros sobre empréstimos	15(c)	58	40	55	36
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(541)	(250)	(458)	(164)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos (i)		(364)	(231)	(318)	(182)
Ajuste a valor presente		(132)	(139)	(37)	(58)
Comissões sobre operações financeiras		(130)	(92)	(10)	
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(105)	(78)	(77)	(68)
Encargos com securitização	13(b)	(102)	(112)		
Correção monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18(d)	(84)	(87)	(56)	(57)
Custos com captação de empréstimos		(24)	(50)	(15)	(11)
Atualização monetária utilização do bem público		(18)	(41)		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(17)	(17)	(10)	(11)
Juros sobre impostos a pagar		(5)	(8)	(5)	(7)
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas	6.3.3(b) e 13(b)	(5)	(2)		
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	(7)	(7)	(9)	(8)
Perda na renegociação de dívidas, líquida das amortizações	18(d)	(1)	(3)		
IR sobre remessas de juros ao exterior		(5)	(8)	(3)	(7)
Custo de recompra dos <i>bonds</i>			(35)		
Provisão de garantia sobre operação de securitização	13(b)		(39)		
Outras despesas financeiras		(122)	(97)	(40)	(30)
		(2.819)	(2.244)	(1.725)	(1.077)
Ganho (perda) cambial, líquido		108	(617)	178	(475)
Ganho monetário líquido na subsidiária hiperinflacionária		6	110		
		114	(507)	178	(475)
		(1.530)	(1.427)	(838)	(674)

(i) Em junho de 2025, a Companhia celebrou um acordo para encerramento de uma ação judicial. Como resultado, teve um impacto positivo no montante de R\$ 39 em "Reversão de atualização monetária de provisões" e um impacto negativo no montante de R\$ 82 em "Atualização monetária sobre provisões e outros passivos".

(ii) Demonstração dos resultados das operações com derivativos:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<i>Swap</i> - Taxa USD x BRL/CDI	(108)	379	(108)	351
<i>Swap</i> - IPCA x CDI	(23)	(212)	(14)	(137)
<i>Swap</i> - PRE x CDI	8	(40)	5	(26)
<i>Swap</i> - SOFR x CDI	(152)		(153)	
Outros	17	3	17	
	(258)	130	(253)	188
Receitas com instrumentos financeiros derivativos	288	382	205	352
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(546)	(252)	(458)	(164)
	(258)	130	(253)	188

29 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas**(a) Práticas contábeis**

As práticas contábeis para ativos mantidos para venda e operações descontinuadas estão descritas na Nota 5.4.7.

(b) Conclusão da venda das operações descontinuadas

Com a aprovação do plano de desinvestimento integral pelo Conselho de Administração em 2024, as operações da Tunísia e do Marrocos foram classificadas como ativos mantidos para venda, e os resultados como operações descontinuadas.

O plano de desinvestimento está alinhado com a estratégia de gestão de portfólio da Companhia, que busca maximizar valor para seus acionistas e balancear o posicionamento geográfico entre mercados maduros e emergentes, otimizando a gestão de risco do portfólio consolidado da Companhia.

Em março e junho de 2025, a subsidiária VCEA concluiu a venda de todos os seus ativos localizados na Tunísia e Marrocos (Nota 3.1), respectivamente, sem saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025.

(c) Ativos (e passivos relacionados) classificados como mantidos para venda

	Consolidado
	2024
Caixa e equivalentes de caixa	300
Contas a receber de clientes	63
Estoques	213
Outros ativos	149
Imobilizado	754
Intangível	494
Ativos classificados como mantidos para venda	1.973
Empréstimos e financiamentos	37
Fornecedores e outras contas a pagar	120
Imposto de renda e contribuição social	89
Tributos a recolher	64
Benefícios pós-emprego	82
Outros passivos	87
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	479

(d) Resultado das operações descontinuadas

	Consolidado	
	2025	2024
Operações descontinuadas		
Receita líquida de contratos com clientes	447	1.178
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(237)	(733)
Lucro bruto	210	445
Receitas (despesas) operacionais (i)	957	(123)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.167	322
Resultado de participações societárias		
Realização de outros resultados abrangentes de investidas (Nota 24(d)) e (ii)	(215)	
Resultado financeiro, líquido	(4)	5
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	948	327
Imposto de renda e contribuição social	(55)	(109)
Lucro líquido do período das operações descontinuadas	893	218

- (i) A Companhia registrou durante o período interino um ganho líquido na alienação do investimento como resultado das operações descontinuadas, incluindo ajustes de preços negociados entre as partes, em "Outros resultados operacionais" no montante de R\$ 986, sendo R\$ 190 e R\$ 796, referente à venda das operações da Tunísia e de Marrocos, respectivamente.
- (ii) A Companhia registrou a baixa da variação cambial sobre esse investimento no exterior bem como de outros resultados abrangentes relacionados no montante de (R\$ 215), reconhecidos na rubrica "Realização de outros resultados abrangentes e investidas".

(e) Fluxos de caixa das operações descontinuadas

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(69)	176
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(191)	(69)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(34)	(133)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais	(6)	11
Total dos fluxos de caixa	(300)	(15)

30 Combinação de negócios**(a) Práticas contábeis**

As práticas contábeis para combinações de negócios estão descritas na Nota 5.4.8.

(b) Aquisição de negócios de concreto pré-misturado e agregados

Em maio de 2025, a VCNA Prairie LLC, uma subsidiária integral da St. Marys com sede em Chicago, Illinois, EUA, adquiriu ativos operacionais da Rogers Ready Mix & Materials, Inc. e Rogers Transportation Services, Inc., com sede em Illinois. A Administração contabilizou a transação como uma combinação de negócios, de acordo com a IFRS 3 - Combinações de negócios. Esta transação está alinhada com a estratégia de crescimento e posicionamento internacional da Companhia e permitirá o aumento da capacidade de fornecer agregados e concreto pré-misturado para clientes dos setores de construção e agricultura no estado de Illinois.

A Rogers Ready Mix & Materials, Inc. e a Rogers Transportation Services, Inc. operam seus negócios por meio de sete unidades operacionais, entre agregados e concreto pré-misturado, todas localizadas no estado de Illinois.

Os detalhes da contraprestação de compra e dos ativos e passivos provisórios reconhecidos como resultado da aquisição são os seguintes:

	Conforme anteriormente apresentado em 30/9/2025	Ajuste a valor justo	Balanço provisório
Contraprestação transferida			
Caixa pago pela aquisição	209		209
Ajuste de preço (capital de giro)	3		3
Total da contraprestação	212		212
Contas a receber de clientes	14		14
Estoques	11		11
Imobilizado	146		146
Intangível	46	3	49
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)		(2)
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	215	3	218
Compra vantajosa (i)	(3)	(3)	(6)
Total de ativos e passivos	212		212

(i) O ganho na aquisição de investimentos reconhecido em relação às aquisições decorre da avaliação do negócio pela Companhia com base em seu valor justo e foi reconhecido na demonstração do resultado do exercício da Companhia no grupo de "Outros resultados operacionais" no montante de R\$ 6.

Conforme estabelecido no IFRS 3/CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, a Companhia possui 1 ano para concluir o processo de alocação do preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atualizou os saldos relacionados à aquisição com base nos valores justos incluídos no relatório elaborado por terceira parte contratada para auxiliar nas avaliações. A alteração dos saldos anteriormente reportados está relacionada aos ajustes de valor justo. Como resultado, o ganho na aquisição de investimento aumentou para USD 1 milhão (R\$ 7).

(i) Custos relacionados à aquisição

Os custos relacionados à aquisição são de USD 0,6 milhão (R\$ 3) estão incluídos em "Outros resultados operacionais" conforme Nota 27.

(ii) Contribuição no lucro e receita

Os negócios adquiridos contribuíram com receitas de USD 28 milhões (R\$ 154) e um lucro líquido de USD 7 milhões (R\$ 38) para a Companhia no exercício de 1º de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

(iii) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis comerciais adquiridos é de USD 2 milhões (R\$ 13). O valor contratual bruto dos recebíveis comerciais a vencer é de USD 2 milhões (R\$ 13).

31 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui determinados tipos de contratos de compra de matérias-primas específicas que se destinam a substituir parcialmente o clínquer, principal componente do produto cimentício. Há também outros contratos de compra com o objetivo de substituir o uso de energia fóssil por fontes alternativas de energia. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo finalizado em 2042.

A Companhia também firmou contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para as operações brasileiras, que visam suprir eventuais necessidades adicionais que não seriam atendidas por suas próprias usinas hidrelétricas. Alguns deles são contratos com partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 32(b).

Outros compromissos de longo prazo menos significativos incluem essencialmente contratos para a compra de ativo imobilizado.

32 Eventos subsequentes

(a) Utilização das linhas de crédito disponíveis - *Committed Credit Facility*

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e individuais, a subsidiária St. Marys realizou novos saques nos montantes de CAD 98 milhões (R\$ 394) e USD 83 milhões (R\$ 457), reduzindo o montante disponível apresentado na Nota 18(f).

(b) Contrato de fornecimento de energia de longo prazo

Em fevereiro de 2026, a Companhia firmou contratos de compra e venda de energia elétrica (PPAs) com três sociedades de propósito específico ("SPEs"), titulares do projeto Cajuína I, localizado no município de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte, totalizando 136,80 MW de capacidade instalada. Os contratos preveem o suprimento conjunto de 55 MW médios pelo período compreendido entre 1º de julho de 2026 e 30 de julho de 2041.

Com essa operação, a Companhia reforça seus investimentos na expansão e diversificação de sua matriz de energia renovável, por meio de ativos eólicos de longo prazo.

Para a instrumentalização da operação, a Companhia concluiu a aquisição de participação acionária de 49% do capital social total da Cajuína AB1 Holdings S.A, controlada indireta da Auren Energia S.A., pelo montante total de R\$ 55, dos quais 31% do capital total foram adquiridos pela VCSA e 18% pela VCNNE. Essa participação representa, em conjunto, 98% do capital votante, distribuído proporcionalmente entre as compradoras, conforme sua participação no capital social.

O preço total da operação será pago pelas compradoras em sete parcelas anuais, corrigidas pelo IPCA, com vencimentos programados entre 2026 e 2032.

Nos termos do Acordo de Acionistas, a Companhia possui opção de venda futura ("*put option*"), exercível ao término da vigência dos PPAs, que lhe garante o direito de vender a totalidade das ações pelo valor-base de R\$ 55, corrigido pelo IPCA e ajustado conforme critérios contratuais. Por fim, de acordo com os termos do Acordo de Acionistas e da estrutura de governança estabelecida, a Companhia avaliou que não detém controle ou influência significativa sobre o investimento.

Em 12 de janeiro de 2026, a operação foi devidamente aprovada pelo CADE, conforme Despacho SG nº 37/2026, publicado no Diário Oficial da União, tendo transitado em julgado em 28 de janeiro de 2026, sem a imposição de restrições ou apresentação de recursos por terceiros.



VOTORANTIM
cimentos